

Russos: Novo Caminho Para o Cosmo!



Os soviéticos acabam de assinalar mais um notável êxito nas suas investigações dos espaços cósmicos. Três animais — dois cães e um coelho — foram lançados ao espaço num foguete soviético com a carga útil (aparelhos de pesquisas) de dois mil quilos. E — o que é mais importante — recuperados na órbita do foguete que voltou à terra. Este feito realizou-se a 2 de julho corrente. Os cães são os primeiros animais que já atingiram as camadas superiores da atmosfera. Não é a primeira vez que os soviéticos alcançaram este sucesso. Experiências semelhantes já se efetuarão em princípios de 1958. Somente mais tarde os americanos conseguiram lançar um rato e dois sapos. "Experiência de grande importância" é considerado o novo feito dos soviéticos para o domínio dos espaços interplanetários. Vale destacar: o novo foguete russo era de uma única fase, o que mostra a sua formidável potência. Por isso os cientistas de todo o mundo consideram que os soviéticos abrem "um novo caminho" para a conquista dos espaços cósmicos. O joto (TASS) está treinado pelos soviéticos para os próximos siderais.

MARIA ESTER BUENO DÁ AO BRASIL MAIS UM TÍTULO MUNDIAL

Foi conquistado para o Brasil pela jovem tenista Maria Ester Bueno, em Wimbledon, Inglaterra, Maria Ester Bueno venceu uma série de brilhantes praxas enfrentando as maiores tenistas da Europa e dos Estados Unidos. Derrotou finalmente a campeã norte-americana Darlene Hard. E assim o nosso país projeta-se no esporte entre os maiores, mostrando que não é somente no futebol que damos as cartas.

IMPOSTOS:

- POBRE PAGA
CADA VEZ
MAIS
- RICO
CADA VEZ
MENOS

(6.ª página)

**BANCIARIOS
CONTRA
FMI**

(3.ª página)

ANO I — RIO, SEMANA DE 10 A 16 DE JULHO DE 1959 — N.º 20

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712

LIGHT ROUBA COM AJUDA DO GOVERNO

(Na 3.ª página)



MORRERÁ CHESSMAN?

Esta é angustiada interrogação que se faz hoje em todo o mundo. Como nos dias dramáticos do julgamento e condenação de dois notáveis revolucionários (anarquistas) Sacco e Vanzetti, a atenção mundial está colada neste momento para a sorte do cidadão americano Cyril Chessman, o certinso que na prisão de San Quentin se tornou escritor de fama universal. A sua própria atividade intelectual é um prova do processo de recuperação que sofreu depois de preso. Milhares e milhares de mensagens de todos os países têm sido enviadas ao governador da Califórnia de quem depende a comutação da pena de morte e a Corte Suprema daquele Estado. A Corte in nego e clementia a Chessman. Resta uma esperança: o ato do governador.



NEM AMEAÇAS NEM CONSELHOS

Quando os estudantes e os trabalhadores iniciaram o movimento pacífico de protesto contra o absurdo aumento de 40% nas passagens de ônibus e lotações, o novo Chefe de Polícia apressou-se a dizer à imprensa que tomaria «medidas energéticas contra os agitadores» e apelou aos estudantes para que não se misturem com os comunistas. Na realidade, as ameaças e conselhos caíram no vazio. Nem havia entre os manifestantes ninguém interessado em promover desordens, nem há polícia capaz de impedir que os comunistas cumpram seu dever de lutadores ativos pelas causas populares.

O fato indica que o governo do sr. Kubitschek continua preocupado em enfrentar o descontentamento gerado pela carestia, e não em combater as causas que produzem a indignação das massas. Quem é responsável pela irritação popular diante da nova onda de aumentos de preços — do gás, da força e luz, dos ônibus e lotações? Serão os estudantes e trabalhadores, que protestam porque não podem mais suportar a redução progressiva do seu poder aquisitivo? Serão os comunistas, que não fazem senão orientar a luta contra a carestia, a fim de obrigar o governo a levar em conta os interesses vitais do povo? As ameaças do coronel Chefe de Polícia deviam ser dirigidas, portanto, aos verdadeiros responsáveis

pela carestia e pela indignação das massas, que são os mentores da política econômica do governo. Não venham exigir que os trabalhadores e os estudantes se mantenham quietos e tranquilos, quando os lacaios do Fundo Monetário Internacional — Lucas Lopes, Roberto Campos, Garrido Torres e outros — continuam a ter sinal verde no governo para sua atividade antinacional. Não venham pedir que o povo fique passivo, enquanto o governo continua a desvalorizar o cruzeiro, aumenta o dólar-café, não toma nenhuma medida concreta para ampliar no comércio exterior aos países socialistas, nem limita as remessas de lucros das trustes.

Se o governo deseja pôr termo ao descontentamento popular, não o conseguirá com ameaças de repressão policial nem com pequenas concessões, como a redução de 10% no aumento das tarifas de ônibus e lotações. Ou o Presidente Kubitschek muda de política, seguindo o rumo patriótico e democrático que lhe tem sido indicado pelos trabalhadores, pelas forças nacionalistas e pelos comunistas, ou terá que enfrentar uma indignação crescente do povo.

Não há conselhos nem ameaças que possam impedir o crescimento da luta pacífica e organizada das massas contra a carestia e pela emancipação nacional.

CRÔNICA INTERNACIONAL



INTERVENCIONISTAS NA OEA

Prossegue a farsa da OEA. A reunião de 5 de junho dessa Organização, em Washington, não deixa mais dúvidas quanto às verdadeiras intenções dos que a promoveram: atribuir-lhe na prática o papel que lhe destinaram seus inspiradores — instrumento de intervenção nos assuntos internos dos países da América Latina. Jamais poderá passar pela cabeça de alguém que a OEA vá intervir de qualquer forma nos Estados Unidos. Mas tenta-se fazer com que intervenha em países como a Venezuela ou Cuba, de onde as ditaduras foram varridas e onde se estabeleceram as liberdades democráticas.

As últimas reuniões da Organização dos Estados Americanos foram convocadas para servir precisamente aos propósitos das remanescentes ditaduras de se manterem no poder a ferro e fogo. As "acusações" partem desta vez do sanguinário tirano Trujillo, da República Dominicana, contra supostas tentativas de invasão de seu território.

A maneira como reagiram os representantes de Cuba e Venezuela foi perfeitamente legítima: de repúdio às sórdidas manobras do ditador dominicano. A Venezuela recusou-se inclusive a comparecer a reuniões semelhantes. Foi um escândalo, que as agências telegráficas americanas tentaram abafar, temendo a propagação de uma espécie de revolta dos anjos contra o "Colosso" do Norte.

Mas a manobra continua. Cogita-se agora de aplicação do Tratado do Rio de Janeiro (de 1949), concebido e realizado no período ascendente da guerra fria, objetivando naquele momento amarrar os países da América Latina em alguma aventura guerrreira dos Estados Unidos. Agora, o feitiço volta-se contra o felicitoso — ou melhor, contra os que se deixaram enfeitiçar pelas artimanhas do Departamento de Estado de Washington: São ditaduras em agonia que lançam mão do Tratado do Rio de Janeiro ("proteção do hemisfério ocidental contra agressão exterior...") para subsistir num mundo que já não as comporta.

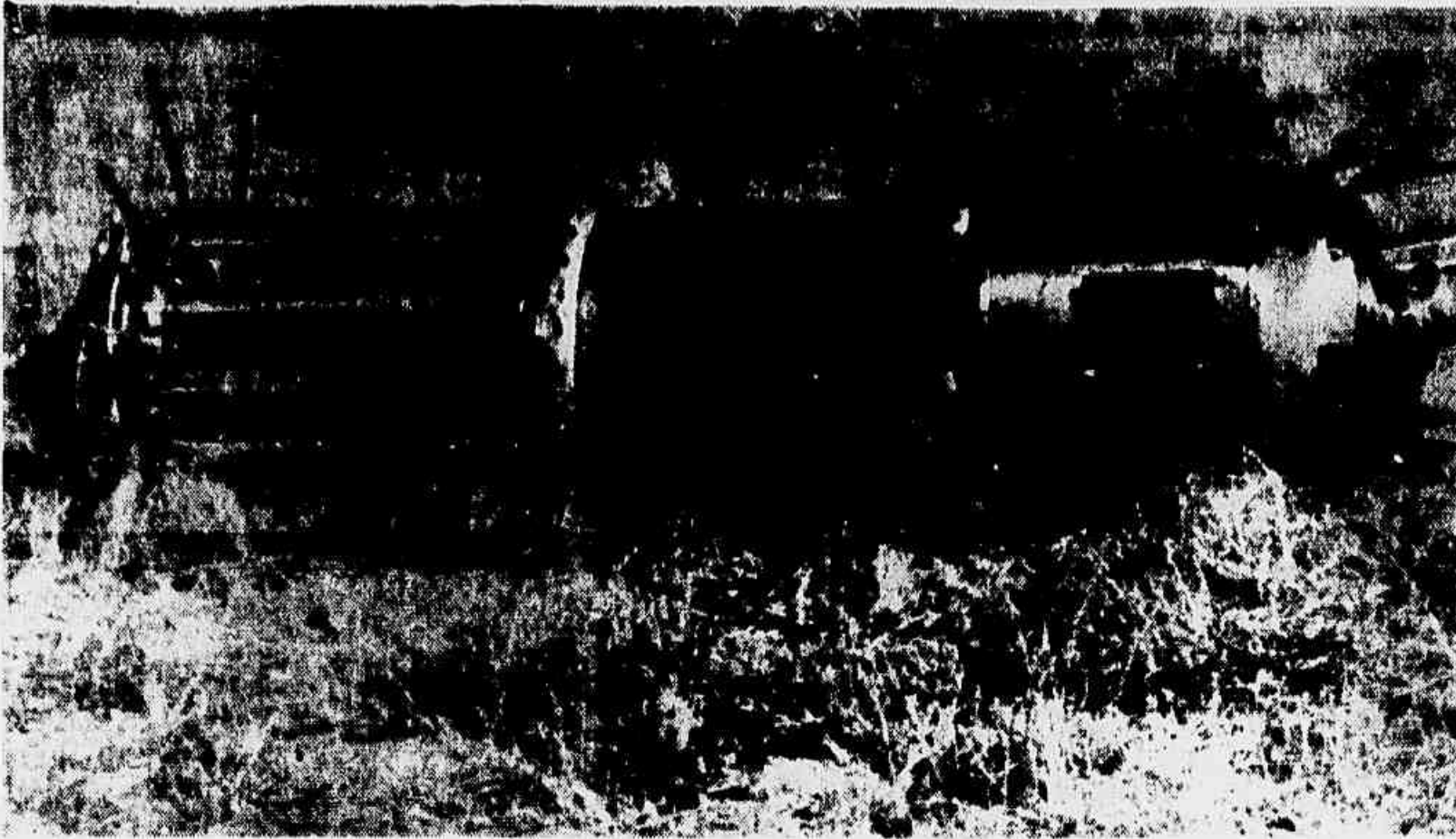
Como a proposta dominicana invocando o Tratado do Rio de Janeiro deixa os Estados Unidos em apuros (por terem sido os seus inspiradores), surgiu uma fórmula conciliatória que também serve às maravilhas aos interesses dos imperialistas lanques. Trata-se de convocar uma reunião dos chanceleres do Continente.

É sintomático que esta última sugestão tenha partido de outra ditadura, através de seu representante na Organização dos Estados Americanos, o do Haiti. "Isto permitiria aos ministros investigar em conjunto a situação nas Antilhas, em vez de limitar-se às acusações da República Dominicana" — opinam os propugnadores dessa fórmula.

Justamente isto querem os Estados Unidos. Porque o que inquieta a Washington não é propriamente a República Dominicana: é Cuba. E o estado de ânimo acendido nas Antilhas pela vitória do movimento revolucionário cubano, e seus reflexos evidentes em toda a América Latina.

Não podemos esquecer que, consolidado o governo de Fidel Castro, o Departamento de Estado convocou uma reunião (cujos resultados ficaram secretos) de embaixadores norte-americanos nas Antilhas. Este fato é um dos sintomas das séries (e justificadas) apreensões de Washington. Através da convocação da reunião dos chanceleres do Continente pretende-se firmar de qualquer forma o direito de intervenção nos assuntos domésticos dos países da América Latina.

Al esta mais uma evidência de que os imperialistas preferem as ditaduras, que vivem às suas custas e lhes servem melhor, contra os povos que oprimem.



FOGUETES SOVIÉTICOS — Seus modelos são também expostos em Nova Iorque. Levando cães a bordo, a título de experiência em vôos nos espaços cósmicos, os foguetes soviéticos já ultrapassaram há muito o limite dos 400 quilômetros.

A URSS EM NOVA YORK

A 30 de junho, inaugurou-se no Edifício Coliseu, em Nova Iorque, uma grande Exposição soviética.

São 10 mil objetos, desde maquetes de centrais atômicas, do quebra-gelo atômico "Lênin", dos sputniks e dos foguetes intercontinentais, até automóveis, tratores, teleguiados, objetos de arte, amostras das conquistas dos cientistas soviéticos no terreno da física nuclear, da química, da automatização e da mecanização dos processos de trabalho, da instrução e sua ligação com a vida, da utilização da energia atômica para fins pacíficos.

Como é natural (e já aconteceu na Exposição Internacional de Bruxelas, no ano passado) os americanos demonstram particular interesse pela seção dedicada às conquistas soviéticas no estudo dos espaços cósmicos e à solução dos problemas ligados aos vôos interplanetários. Os americanos vêm, pela primeira vez, em tamanho natural, os modelos dos três satélites soviéticos da Terra.

Vejamos, em breves traços, alguns aparelhos curiosos fabricados pela indústria soviética:

1 Um aparelho automático comum para venda de refrescos. Mas não é tão comum assim. Se dele se aproxima um homem, serve-lhe um refresco incolor: se é uma mulher que se aproxima, o refresco é de cor grená. E o aparelho não se engana uma só vez. Baseia-se o seu funcionamento numa célula fotoelétrica. Este princípio pode ser aplicado a operações mais sérias. A Usina elétrica de Krasnoirsck, por exemplo, de 4 milhões e 200 mil quilowatts, tem suas eclusas movidas automaticamente à distância.

2 Aqui uma cadeira elétrica. Mas não se destina a eletrocutar ninguém. Ao contrário, destina-se a resatar as forças das pessoas fatigadas. Ao sentar-se alguém, a cadeira é ligada e o corpo sente os efeitos de uma vibração que, depois de alguns minutos, faz desaparecer todo sinal de cansaço.

3 Adiante, um gerador de tensão de um milhão de volts, que produz raios artificiais. Aparelhos elétricos portáteis cuja fonte de energia é o Sol.

4 A soldagem pelo som. Esta máquina destina-se a soldar metais a frio. O ultra-som obriga os átomos a passarem de um pedaço de metal a outro, soldando-os. Adiante, uma instalação para fabricar tubos e fitas de metal fundido prescindindo de toda elaboração mecânica. Um jato de plasma é lançado a uma temperatura de 50 mil graus Celsius e é capaz de fundir qualquer material, inclusive a cerâmica.

5 Um aparelho destinado a medir milésimos de segundo. Este aparelho que emite raios luminosos registra com grande exatidão o número de partículas cósmicas que nos cercam ou fenômenos tão rápidos como o vôo de uma bala ou o de um foguete.

6 Os soviéticos estão expondo também um novo tipo de trator: trator teleguiado, que lava a terra sem necessitar de tratorista. Esta máquina já passou da fase experimental e está sendo empregada nos campos da URSS.

Estes são alguns exemplos dos progressos da ciência e da técnica na União Soviética.

Mas a Exposição da URSS em Nova Iorque não se limita aos avanços no domínio da ciência e da técnica de vanguarda.

Os soviéticos procuram dar a conhecer, da melhor maneira possível (e que jamais pode ser completa através de uma exposição) o sistema de instrução e, em particular, a preparação de quadros científicos, assim como o fortalecimento dos laços entre a Escola e a vida.

Outra seção da Exposição de Nova Iorque que tem interesse para desfazer preconceitos e idéias falsas sobre a URSS: da-

dos da produção de bens de consumo, do aumento do bem-estar do povo soviético, de seu nível cultural, do desenvolvimento da saúde pública. E' dada uma idéia das proporções enormes em que se realiza atualmente a construção de edifícios residenciais na URSS.

americano comum ter uma representação mais exata da vida do povo soviético. Será também uma contribuição ao reforçamento das relações amistosas entre a URSS e os Estados Unidos, tão seriamente abaladas nos anos da guerra fria mas que podem restaurar-se nos moldes de antes da Segunda Guerra Mundial e dos tempos da guerra, quando os dois países foram aliados na luta comum contra o fascismo.

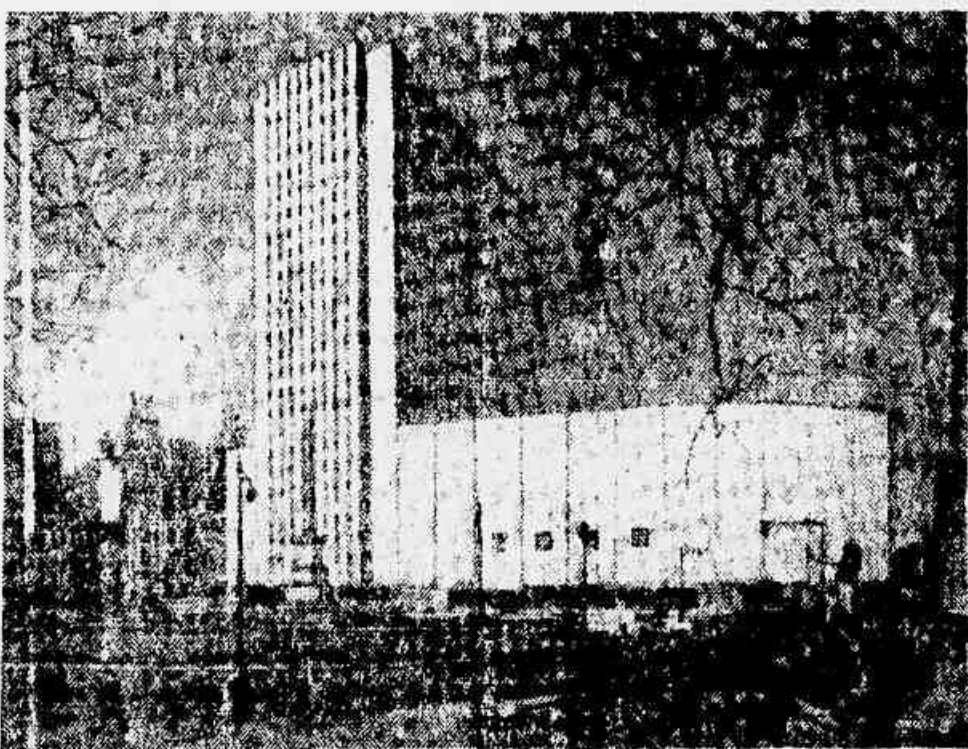
A Exposição Soviética de Nova Iorque tem um notável mérito: proporcionar aos norte-americanos uma visão panorâmica da URSS, embora incompleta, é claro. O povo norte-americano demonstra curiosidade crescente pelas realizações do povo soviético. Durante cerca de 40 anos procuraram convencê-lo de que o socialismo reduziria os povos da URSS à miséria, ao atraso mais completo, à ruína econômica. Os sputniks foram como que um desmentido retumbante à propaganda mentirosa do anti-sovietismo e do anti-comunismo sistemáticos.

O povo norte-americano (e muitos outros povos) acordaram para a realidade. E, agora, na Exposição Internacional de Bruxelas (... 1958) e na de Nova Iorque, começam a conhecer a verdadeira face da potência socialista: suas realizações, cada vez mais harmônicas, no domínio da ciência, da técnica, da cultura.

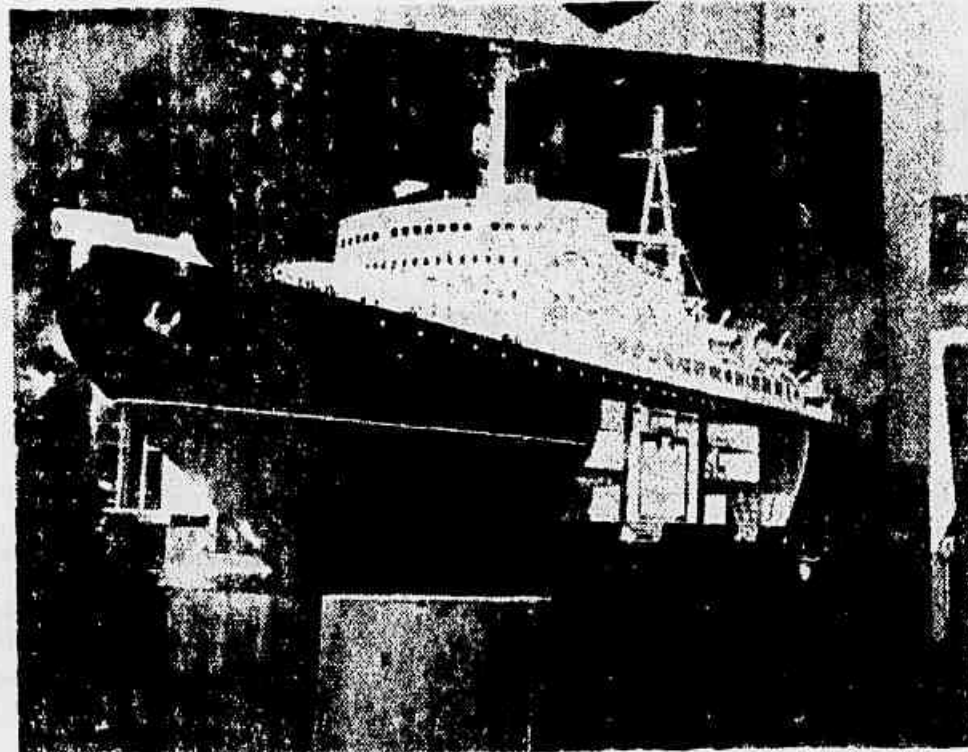
A Exposição Soviética de Nova Iorque vai contribuir decisivamente para o



O Presidente Eisenhower e o Vice-Presidente Nixon foram dos primeiros visitantes à exposição soviética em Nova Iorque. Aqui os vemos palestrando com o Vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS, Koslov.



O COLISEU — Este é o edifício nova-iorquino onde foi instalada a Exposição soviética. Três andares são ocupados com as 10 mil amostras da Exposição.



O QUEBRA-GELO ATÔMICO — Na Exposição soviética em Nova Iorque é alvo de grande interesse dos visitantes a maquete do primeiro quebra-gelo atômico do mundo, construído pelos soviéticos e que tem o nome de "Lênin".

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmom

BORGES REDATORES
Almir Mattos, Rui Facó, Paulo Motta Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, S/1712 — Tel: 42-7344

Gerência: Av. Rio Branco, 257, 8.º andar, S/805
Endereço telegráfico —

«NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual ... Cr\$ 250,00
Semestral ... " 130,00
Trimestral ... " 70,00
Aérea ou sob registro, despesa à parte
N. avulso .. Cr\$ 5,00
N.º atrasado .. " 8,00..

SUMOC Confessa:

Interpelada por um requerimento de informações do deputado Salvador Lassaco, a SUMOC confessou, em ofício à Câmara, o verdadeiro assalto que ela permitiu às finanças do País, ao conceder às empresas do grupo Light, o câmbio favorecido para 22 milhões de dólares, a título de remessas de juros sobre empréstimos e financiamentos, em 23 de abril do ano passado. Assim, no momento mesmo em que o País se debate com uma crise cambial, sobre cuja gravidade os entreguistas, inclusive a SUMOC, não se cansam de vociferar e exagerar, a or-

gação monetária do governo desvia para um sistema de roubo, já exaustivamente caracterizado pela imprensa e nas tribunas do Congresso — as remessas de juros da Light e da Bond and Share — quantia que representa quase um décimo do déficit do balanço de pagamentos do País no ano de 58.

E a seguinte a relação dos contratos de venda de câmbio fechados pela SUMOC naquela data, segundo as informações dadas por este órgão, e lidas na tribuna da Câmara pelo deputado Lassaco, na sessão do último dia 4:

Empresas	Vencimento	Importância
São Paulo Light S. A. ...	20-10-58	US\$ 1.000.000
Cia. Telefônica Brasileira	20-11-58	" 500.000
Cia. Telefônica Brasileira	20-12-58	" 500.000
São Paulo Light S. A. ...	20-1-59	" 3.200.000
Cia. Telefônica Brasileira	20-2-59	" 3.200.000
São Paulo Light S. A. ...	20-3-59	" 500.741
Cia. Telefônica Brasileira	20-4-59	" 247.240
Cia. de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda.	20-5-59	" 2.562.019
Ibem	20-6-59	" 568.519
São Paulo Electric Co. Ltd. Brazilian Hydro Electric Co. Ltda.	20-6-59	" 1.663.252
The San Paulo Gas Co. Ltda.	20-6-59	" 192.393
The City of Santos Improvements Company Ltda.	20-6-59	" 294.154
Cia. de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda.	17-8-59	" 3.200.000
São Paulo Light S. A. ...	17-9-59	" 3.200.000
TOTAL: ..		US\$22.180.813

LIGHT ROUBA COM AJUDA DO GOVÊRNO

Cabe salientar que as informações da SUMOC referem-se apenas às remessas da Light. Como, do total de empréstimos e financiamentos sob o título de concessionárias de serviços públicos, registrados pela SUMOC, cerca de um terço cabem à Bond and Share pode-se estimar em quase 10 milhões de dólares as remessas de juros permitidas pelo governo, à mesma época, para o truste de Gudín e M. Sargent Eleya-se assim a um total de 30 milhões de dólares a remessa para o exterior dos dois holdings imperialistas da energia elétrica, somente no que concerne às remessas que obedecem ao título nominal de juros, entre outubro de 58 e setembro do corrente ano, excluídos portanto os lucros e dividendos.

Sabe-se, por outro lado, que mais da metade desses empréstimos e financiamentos são outorgados pelo Banco Internacional, com aval do governo brasileiro. A revista Desenvolvimento & Conjuntura, n.º 5/58, pág. 221 registra os dados fornecidos pela SUMOC sobre a dívida externa do País, na qual estão, inde-

vidamente incluídos, os empréstimos e financiamentos alegados pela Light e pela Bond and Share, num total de 260 milhões de dólares. No relatório 58/59 do Banco Internacional se pode ler a relação dos empréstimos fornecidos por este banco aos dois trustes, até janeiro de 58, num total de 135 milhões de dólares.

No mesmo relatório do BIRD se encontram as taxas de juros com que foram concedidos os empréstimos, taxas que variam em torno de 4% a 5%, mas nunca atingindo 6%. A outra metade de tais empréstimos e financiamentos reparte-se entre o Eximbank, também a taxa que variam entre 4 e 5% a.a., e empréstimos nas matrizes nos Estados Unidos e no Canadá às suas filiais brasileiras. Contudo, as informações prestadas pela SUMOC, mesmo admitindo-se que elas se referem também a remessas atrasadas de juros, indicam percentagens muito superiores. São 22 e, por indução, 30 milhões de dólares de juros, num total de empréstimos e financiamentos de 260 milhões de dólares. Supor que tais ju-

ros são de 8% já seria o mesmo. Onde está o misterio.

Lucros fantasiados

É um segredo de Polí-ciano. Os empréstimos concedidos pelo BIRD e pelo Eximbank, a taxas de 4 e 5% a.a., com a cumplicidade do governo brasileiro e dos dirigentes desses bancos, são transferidos para as matrizes, estas, por sua vez, reempréstam, o dinheiro, garantido pelo Tesouro Nacional, às suas filiais brasileiras, a taxa de 8% a.a. Esse negócio de mãos surtas, sobre o qual o Sr. Fernando Ferrari nem a imprensa sabia abrem o bico, já foi inclusive confessado em recente publicação oficial da SUMOC.

Fica assim aberta, encanarada, uma saída para a remessa de lucros ilegais da Light e da Bond and Share. O sr. Osvaldo Lima Filho, em seu último discurso na Câmara dos Deputados, fez as contas de quanto custava esse assalto organizado aos recursos nacionais, apenas no que

se refere a um desses empréstimos aquele concedido pelo Eximbank à Light, com garantia do Tesouro Nacional, de 90 milhões de dólares, a juros de 4% a.a. O empréstimo foi transferido para a matriz, que o reempréstou à Light, a juros de 8%. São, portanto — disse o líder do PTB na Câmara — três milhões e seiscentos mil dólares anuais escamoteados, à economia nacional, por um

processo indigno, por um processo nocivo, extremamente nocivo aos nossos interesses.

Que esse tipo de roubo está sendo praticado na escala das dezenas de milhões de dólares, anualmente — dólares vendidos a câmbio favorecido, na taxa de Cr\$ 51,32, enquanto o preço real do dólar sobe a três vezes esta quantia — é o que foi revelado agora pela SUMOC.

Carioca Não Quer Intervenção

No auditório da ABI, às 20 horas de sexta-feira, dia 10, realizou-se uma manifestação em defesa da autonomia do Distrito Federal, particularmente contra a prorrogação dos mandatos dos atuais vereadores, contra a intervenção no Estado da Guanabara e pela eleição de uma Assembléia Constituinte.

A manifestação é promovida por diversos partidos políticos, sindicatos, organizações populares, cujos representantes estiveram reunidos no Fórum Geo-Político do Estado da Guanabara, realizado na sede do Partido Republicano, com a presença do sr. João Machado, secretário de Saúde da PDF.

MENSAGEM A JK: POVO Aponta o Caminho Ao Govêrno

- * Apoio em massa pelo rompimento com FMI
- * Revela-se a convicção nacionalista do povo brasileiro
- * Aspiração por uma nova política, independente e progressista

O ato do sr. Juscelino Kubitschek rompendo as negociações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional, em face das exigências lesivas aos interesses nacionais feitas por essa entidade, continua a encontrar uma repercussão talvez sem precedentes em todo o país. Na Câmara Federal e em muitas Assembleias Estaduais, este foi o problema que praticamente monopolizou as discussões durante dias seguidos. Na imprensa e em inúmeras entidades, fez-se sentir a enorme indignação do povo brasileiro em face da insolente intervenção do FMI em nossos problemas internos. Toda a nação, enfim — excluindo-se apenas os entreguistas notórios, tendo à frente os líderes da UDN — protestou com veemência e indignação mais esta tentativa de introdução imperialista em nossa vida política.

Mensagens a JK

Uma das manifestações mais impressionantes do movimento nacional de repulsa ao FMI são as mensagens que, diariamente, de todos os pontos do país, estão sendo enviadas ao presidente da República São telegramas, moços, abajurizados, que em número de um a dia inteiro, chegam ao Catete. Assim tem sido desde o dia 17 do mês passado, quando o sr. Kubitschek, no recinto realizado no jardim do Catete, anunciou oficialmente a interrupção dos emendamentos com o Fundo Monetário.

Temos em mãos, fornecidas pela Agência Nacional, cópias das mensagens recebidas pelo governo durante uma semana — de 1 a 7 de julho. São muitas, centenas de telegramas, de quase todos os Estados, das capitais e de inúmeros municípios — procedentes de setores os mais diversos, embora todos revelam a mesma decisão de luta pela completa independência do país.

De entre os telegramas desta semana destacam-se os de quatuor governadores, Amazonas, Acre, Rio Branco e Paraíba; da Assembleia Legislativa do Bahia, de 63 prefeitos municipais, 41 Câmaras Municipais, 76 sindicatos e associações profissionais de tra-

ballhadores, 18 diretores municipais de partidos (do PSD, PTB e PR), 6 associações rurais, 8 organizações populares, organizações patronais (Associação dos Industriais de Anápolis e Associação Comercial de Itapahã), várias entidades estudantis e culturais, organizações da função pública (Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil e várias uniões municipais), etc.

Os ferroviários de Campos e os trabalhadores de Itapicoba (Mina Gerais) enviaram vibrantes mensagens, aprovadas em assembleias especialmente realizadas para a discussão do caso do FMI.

Convicção nacionalista

As centenas de mensagens dirigidas a JK caracterizam-se, unanimemente, pela indignação nacional ante a insolência dos imperialistas norte-americanos. Isto revela quanto já é arraigada a convicção nacionalista do povo brasileiro, em todos os recantos do país.

Povo aponta o caminho

As manifestações suscitadas pelo rompimento de JK com o FMI mostram, de maneira a mais concreta, que o povo brasileiro repudia as concessões entreguistas e exige do governo que ele não se mantenha a atitude de dependência que assumiu frente ao Fundo Monetário, mas de novos passos, com firmeza e decisão, no sentido de uma política consequentemente nacionalista. O prefeito de Santa Teresa (Espírito Santo) diz, em seu telegrama, que ao romper com o FMI, o sr. Kubitschek trilha o caminho da aspiração do nosso povo. E o dirigente sindical de Cruz das Almas, operário Olávia Carbone, afirmou que os trabalhadores estão dispostos a qual-

quer sacrifício para acabar com a exploração de nossa Pátria. O prefeito e o presidente da Câmara Municipal de Lobato (Paraná) declararam estar, com qualquer resolução que venha deter a soberania e os interesses nacionais.

O entusiasmo nacional despertado pelo gesto do governo reflete — como se expresse nas inúmeras mensagens enviadas a JK — a aspiração de vastos setores do nosso povo por uma política realmente soberana, que nos liberte das garras do imperialismo e possibilite o progresso independente do país. E o que se expressa, por exemplo, na mensagem do sr. Arnaldo Stekelberg, em nome dos industriais de Anápolis, que diz apoiar o gesto do sr. Kubitschek — uma nova e soberana política das relações externas de nossa Pátria.



Fora De Rumo

RAIMUNDO MONATO

«Os estudantes que prezem nossa querida Pátria, sobretudo se têm alguma religião, não podem participar do Congresso de Viena», disse D. Jaime Câmara, no programa de rádio que se intitulava «A Voz do Pastor». O Congresso a se realizar em Viena, acrescentou D. Jaime, «é de origem e finalidade comunista».

Na hipótese de se aceitar como verdadeira a afirmação de D. Jaime sobre os origens e finalidades do congresso de Viena, como se explicaria a implicância do príncipe eclesiástico? A origem do cristianismo, todos o sabem, foi marcada e prejudicada em seu sentido democrático pelo malogro do comunismo cristão. No malogro do comunismo cristão, no entanto, deve-se ao fato de que ele — se aplicava ao consumo e não também à produção, que continuou a alimentar formas primitivas de exploração do homem pelo homem. Daí a falência do comunismo cristão, pela qual não podem ser responsabilizados, dois mil anos depois, os comunistas da época da construção socialista.

A investida anticomunista do Cardeal não se explica. Além do que, deixa na imaginação das ovelhas mais espertas de seu rebanho uma dúvida airoz. Por que será D. Jaime contra o comunismo? Por que em sua forma cristã mostrou-se defeituoso e inconsequente? Ou por que, em sua forma atual, marxista e leninista, desfecha golpes de morte na exploração do homem pelo homem?

A ausência de uma definição nítida torna difícil a interpretação do pensamento do pastor do Sumaré, pois ao mesmo tempo D. Jaime desaconselha o comparecimento a Viena (acennando discretamente com a palmatória da excomunhão) e desperta, numa involuntária tentação demoníaca, a curiosidade dos jovens, com a afirmação de que quem for à Áustria «arrisca-se a tornar-se, pelo menos, simpático de uma ideologia atéia». Tão fortes serão os encantos de-sa ideologia?

O pior é que D. Jaime confunde os jovens numa situação de especial delicadeza. No momento exato em que o conferencista do rádio aguçou o apetite dos moços para um fruto proibido, outro defensor da mesma causa do prelado ilustre, o sr. Drew Pearson, lança um brado de alerta em seu livro «USA, second class power». Nesse livro, escrito de parceria com Jack Anderson, Pearson, embora desconfie de uma raça de hereges, invade a seara de D. Jaime, tratando de milares Pearson afirma estar convencido de que a saída da Rússia «da época do carrinho de mão para a idade atômica e o maior milagre dos tempos modernos».

D. Jaime pretende ocultar, aos jovens o Congresso de Viena Drew Pearson, bem mais lúcido que D. Jaime, acusa o governo americano de ter escondido a seus compatriotas o progresso da União Soviética, até o dia em que não foi mais possível ocultar com uma peneira nem o sol nem o primeiro sputnik, em outubro de 1957, muito antes do passeio de ida e volta de dois cães e um coelho a camadas superiores da atmosfera

BANCÁRIOS LATINO-AMERICANOS REPUDIAM EXIGÊNCIAS DO FMI

Mensagem ao chefe do governo brasileiro pela atitude profundamente patriótica e americanista assumida ante as imposições daquele organismo

Truente a renúncia do Confederação Bancários Latino-Americanos, realizada em Montevideo, a 16 de junho de 1959, com a assistência de delegados honorários da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, atenta aos motivos que motivaram esta renúncia, declaramos:

1 — Que a política do FMI que se pretende aplicar com a passiva colaboração de alguns governos, significa uma intervenção agressiva a soberania dos povos latino-americanos.

2 — Que tal atitude postumamente patriótica e americanista assumida pelo governo do Brasil, faz chegar a este seu mais caloroso aplauso e reconhecimento pelo exemplo oferecido aos povos livres do mundo.

3 — Que aspiramos com confiança para o nosso continente continental para que aqueles governos que se abstiveram de emitir medidas compensatórias e adotaram a política que significa para estes povos a consecução de suas legítimas aspirações, a reconquista da sua soberania, hoje negada, a implantação de uma melhor justiça social e o pleno gozo dos direitos fundamentais, base de qualquer sistema democrático.

4 — Que aspiramos a que o primeiro beneficiário dessas propostas seja o povo trabalhador argentino, em geral, e em particular o simpático batucada do país irmão, com cuja luta de hoje em defesa destes princípios solidários se totalmentes.

Jânio:

NACIONALISTA PROTETOR DA LIGHT



Jânio Quadros

Recentemente o sr. Jânio Quadros declarou que não permitiria que sua candidatura fosse caracterizada como entreguista e fez profissão de fé nacionalista, embora «no sentido puro da expressão», o que já dá para desconfiar. Disse mais o sr. Quadros que sempre defendeu os interesses nacionais em toda a sua atividade pública. A afirmação é muito interessante, principalmente se a compararmos com a seguinte, feita quando ainda era governador de São Paulo: — «Desejo prestar minhas homenagens à São Paulo Light, que através de todo o meu governo sempre se revelou pronta a prestar serviços quando convocada». E não se trata de mera formalidade, pois o «austero» ex-governador falava na solenidade de assinatura de um convênio entre o Estado de São Paulo e a representando truste, no vamente convocada a prestar serviços». Esclareceu o governador que se tratava de «soberbo exemplo de entendimento entre o Estado e uma empresa privada», que primava por seu «elevado espírito público». Palavras por palavras, a declaração pomposa de nacionalismo do sr. Jânio Quadros já ficou bastante reduzida. Vamos, porém, aos fatos que são o que mais interessa, e vejamos qual a verdadeira posição de nosso «novíssimo» e puro nacionalista.

A história

E' por demais conhecido o problema da falta de água em São Paulo. Várias soluções se apresentaram, algumas, principalmente o aproveitamento dos mananciais do Alto Tietê, abastecidas por dois dos mais expressivos técnicos nacionais no assunto, Saturnino de Brito e Plínio Whitaker. Essa, entretanto, não era a solução ideal para os «técnicos» do sr. Jânio Quadros que preferiram colocar todo o sistema de abastecimento da Capital e do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), na dependência das represas da Light. Em compensação pelas

NO GOVERNO DE SÃO PAULO, O HOMEM DA VASSOURA FEZ CONCESSÕES VERGONHOSAS AO TRUSTE

Reportagem de PAULO DE LUCCA

perdas da Light com a diminuição do volume de água aproveitada para a produção de energia nos reservatórios Guarapiranga e Billings, o Estado de São Paulo realizaria, inteiramente por sua conta, obras de canalização de água para aqueles reservatórios.

E' fato que o volume e a pressão que os técnicos do governo resolveram reverter para o sistema Guarapiranga-Billings excedem em muito uma simples compensação pelas perdas por evaporação no sistema de canalização e esgotos das águas retiradas para abastecimento e devolvidas às represas. Isto, portanto, já representa grande vantagem para a Light que aumenta seu potencial sem gastar um centavo. Por outro lado, a Light já havia negociado e concluído um acordo com o Estado de

São Paulo para a retirada, sem qualquer compensação, inicialmente de quatro metros cúbicos de água por segundo e, depois, de cinco metros cúbicos por segundo já estando bastante adiantadas as obras para a retirada desta última quantidade na época da assinatura do convênio. Entretanto, neste segundo convênio, ficou estabelecido que o truste seria compensado por toda retirada acima de quatro metros cúbicos por segundo, até o limite de nove e meio metros cúbicos. Como se vê, o sr. Jânio não se faz de rogado quanto à opulência de seus presentes, quando se trata da «grande benfeitoria» da Rua Larga.

A luta pelo Capivari

O grande prêmio do sr. Jânio Quadros à Light, entretanto, chama-se Capivari. Embora não seja das mais importantes, a luta por este rio tem sido das mais duras e antigas. De

fato, iniciou-se em 1919, quando a Companhia Paulista de Estradas de Ferro resolveu aproveitá-lo para a eletrificação de parte de sua rede. Entretanto, o projeto não interessava à Light, que conseguiu abafá-lo. Vinte anos mais tarde, é a Sorocabana que procura construir no local a usina do Capivari. Em 1941, o decreto-lei 7.052 autoriza o Estado de São Paulo a construir a usina para a eletrificação da Sorocabana. A Light, entretanto, continuava vigilante e todopoderosa, e o projeto foi praticamente arquivado. Agora, procurando acabar de uma vez por todas com a ameaça ao seu monopólio e, ainda por cima, fazer um negócio rentoso sem gastar nada, a Light encontra seu maior defensor exatamente no nosso «nacionalista», no mais puro sentido da expressão.

Sua excelência, entretanto, como era de se esperar, tem «motivos técnicos» para defender sua política entreguista. Quanto ao valor real de tais motivos, basta que se lembre o caso de Caraguatatuba, onde a construção de uma represa era tecnicamente aconselhada (a capacidade projetada da usina era de um milhão de cavalos), mas

no outro prato da balança estava o monopólio da Light, que acabou ganhando a guerra do Paraíba e jogando as águas deste rio em sua represa do Ribeirão das Lages. De qualquer maneira, por mais que seja «energicamente» inferior a construção de uma usina para 75 mil cavalos no Rio Capivari, para a Sorocabana, um governo nacionalista não hesitaria em preferir a reversão das águas do Capivari e seu afluente Monos para a represa Billings, solução que reforça o monopólio da Light. Graças ao sr. Jânio Quadros a Light, que já havia submetido a Estrada de Ferro Central do Brasil no esbulho de Salto, estaria agora em condições de liquidar também com as pretensões da Sorocabana, aumentando ainda mais seu poder econômico e político.

O problema da água e sua solução

O sr. Jânio Quadros, contudo, tem outra desculpa para sua atitude «nacionalista» na questão. Se-

gundo ele e seus «técnicos», os recursos de água da região da Capital são extremamente limitados, impondo-se, desta forma, medidas urgentes e de grande alcance. Qualquer pessoa medianamente informada sobre a questão imediatamente se lembraria dos estudos de Saturnino de Brito e Plínio Whitaker, que calcularam entre 20 e 25 metros cúbicos por segundo o volume de água aproveitável para o abastecimento da Capital no Alto Tietê. Essa solução, combinada com a ampliação pouco onerosa das instalações do Rio Claro, é tão evidente que os mais míseros técnicos do sr. Jânio Quadros, no estudo que serviu de base para a assinatura do convênio com a Light, lamentam que tenha sido relegada a segundo plano ante a primazia ou exclusividade conferida às aduções do Guarapiranga.

Além das vantagens já indicadas quanto à quebra ou redução do monopólio da Light, o aproveitamento do Alto Tietê apresenta ainda as seguintes, reconhecidas inclusive por estudos do Departamento de Água e Esgoto e da Comissão Coordenadora do Plano Geral de Abastecimento de Água de São Paulo que supostamente serviriam de base ao ex-governador paulista. Em primeiro lugar, prevendo um consumo de trezentos metros cúbicos por dia por habitante, bastante elevado, e uma população de 6 mi-

lhões 240 mil habitantes em 1980, o município da Capital necessitaria de 24 metros cúbicos por segundo de adução de água.

Ora, já vimos que só o Alto Tietê garantiria um mínimo de 20 metros cúbicos por segundo. A conclusão das obras do Rio Claro, somada às outras unidades já existentes forneceria, no total, cerca de 12 metros cúbicos por segundo, perfazendo um montante mais do que suficiente para o consumo de São Paulo até o fim do século. Em segundo lugar, as adutoras do Rio Claro e do Tietê podem funcionar por gravidade, e chegar à cidade nos pontos mais convenientes e com a pressão mais elevada do que a adutora do sistema Guarapiranga-Billings.

Em terceiro lugar, a cons-

trução da represa do Tietê acima da cidade de São Paulo viria regularizar o curso do rio, evitando as atuais enchentes, possibilidades porque a represa da Light está situada abaixo da cidade, e favorecendo a navegação e o saneamento das margens do rio.

Em quarto lugar, as águas do Rio Claro e do Tietê são de mais fácil e menos oneroso tratamento, não apresentando perigo à população, como acontece com as águas provenientes da represa Billings, conforme reconheceu o próprio Departamento de Águas e Esgotos. Finalmente, é o próprio DAE que reconhece, «se o assunto não for cuidada nos próximos anos, poderão vir a ser comprometidas as possibilidades reais desse manancial», isto é, o Tietê.

QUE RUMO TOMARÁ o Automóvel Nacional?

NAS BASES EM QUE FOI INSTALADA, A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA É COMO UMA FACA DE DOIS GUMES: PODE CONTRIBUIR PARA A EMANCIPAÇÃO, COMO PODE LEVAR A UMA MAIOR DEPENDÊNCIA DO CAPITAL ESTRANGEIRO — AS AMEAÇAS A QUE ESTÁ EXPOSTA A INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS — A NACIONALIZAÇÃO DOS VEÍCULOS — ÚNICO CRITÉRIO JUSTO: UMA POLÍTICA DISCRIMINATÓRIA DE CRÉDITO

Reportagem de Josué ALMEIDA

Automobilística (GEIA), os investimentos na indústria de autopeças montam a 117 milhões de dólares, ao passo que os nas fábricas de montagem de veículos eram de 90 milhões de dólares. Hoje, o número de empresas produtoras de peças e acessórios é de cerca de 1.200 e o seu capital continua sendo predominantemente nacional.

Ameaça de Desnacionalização

O modo como está sendo instalada a indústria automobilística encerra sérias ameaças de desnacionalização das empresas de autopeças.

Importação de equipamentos — Como é sabido, desde a Instrução 113 da SUMOC (hoje consolidada no capítulo V do decreto 22.820), o capital estrangeiro goza de privilégios em relação ao capital nacional, para investir no Brasil. Tendo surgido como indústria de reposição, a indústria de autopeças, para acompanhar os progressos nesse setor, deve equipar-se de modo a também fabricar as demais peças. Prevalecendo-se da posição de superioridade que se acham e das necessidades da indústria de autopeças, as empresas estrangeiras tratam, então, de impor sua associação àquelas, mediante a importação de equipamento sem cobertura cambial. São já diversas as fábricas nacionais de autopeças que tiveram de subordinar-se aquela participação, desnacionalizando-se em

maior ou menor medida. E' sabido, por exemplo, que várias das indústrias nacionais de material ferroviário, golpeadas pela política entreguista do sr. Renato Feio, presidente da Rede Ferroviária Federal, são hoje empresas mistas da indústria de autopeças, geralmente com participação de capital americano.

Imposição de marcas — Outra forma de desnacionalização da indústria brasileira é a imposição de marcas estrangeiras para as peças aqui fabricadas. Por exemplo: uma fábrica nacional produz determinada bateria, que tem marca própria; então, a GM ou a Ford (estas imposições partem geralmente das empresas americanas, que dominam tradicionalmente o mercado nacional de veículos) alegam que seus veículos só usam a bateria de tal marca. Geralmente sucede que o produto nacional é absolutamente igual ao americano, mas o fabricante brasileiro é obrigado a adotar a marca exigida pelo empresário estrangeiro como condição para ser fornecedor da peça. Ora, isto implica no pagamento de «royalties» à firma estrangeira detentora da marca. E como esses «royalties» são pagos em dólares do ponto de vista dos interesses gerais do país, o resultado, neste particular, é negativo: antes nada pagávamos ao estrangeiro para produzir tal peça; hoje, para funcionar a mesma peça, temos que pagar «royalties».

Em alguns casos, o GEIA tem oposto restrições a tais

imposições. Nesse sentido, um papel de crescente importância vem sendo desempenhado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, de S. José dos Campos. Além de prestar valiosa assistência técnica às empresas nacionais — geralmente pequenas, pois em sua maioria eram simples oficinas que se ampliaram — o ITA realiza testes com as peças fabricadas no Brasil, melhorando-lhes a qualidade. Foi o ITA, por exemplo, quem provou à GM que certo aço fabricado no país em nada era inferior ao norte-americano, levando, assim, aquela empresa a desistir de importar dos Estados Unidos uma peça fabricada com o material.

Isenção de direitos

Se o Congresso não prorrogasse a lei que concede vantagens cambiais à importação de equipamentos e autopeças, certamente a mais atingida seria a indústria nacional. As empresas estrangeiras, dadas a sua capacidade financeira e a posição privilegiada do capital estrangeiro, essas pouco sofreriam. Mas, aprovada a prorrogação, também elas serão beneficiadas.

Nas bases em que foi construída a indústria automobilística, chega-se a esta situação: se se deseja preservar a indústria nacional, automaticamente concedem-se privilégios ao capital estrangeiro...

priamente dita, com predomínio de capitais estrangeiros, a indústria de autopeças contará com 400 milhões de dólares — sendo aqui a preponderância dos capitais nacionais.

Nacionalização dos veículos

De acordo com os programas aprovados pelo GEIA, em 1960 deverão ser os seguintes os índices de nacionalização dos veículos produzidos no Brasil: caminhões, camionetas e furgões, 90%; tipos e automóveis de passageiros, 95%. Entende-se aqui, por nacionalização, a parte em peso fabricada no Brasil. Segundo o valor, esse índice é, em média, 10% mais baixo. Assim, um caminhão que apresente o índice de 90% de nacionalização, em 1960, terá que importar peças equivalentes a 10% do seu peso e a 15% do seu valor, segundo estimativa do GEIA.

No depoimento prestado à Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, o sr. Sidney Latini afirmou que as etapas de nacionalização previstas nos decretos básicos do GEIA têm sido, de um modo geral, ultrapassadas.

Como é lógico, porém, não decorre dessa nacionalização que a fabricação das peças e partes no Brasil signifique, na totalidade, a economia dos dólares que seriam necessários à sua importação. De fato, é preciso distinguir as peças e partes fabricadas por empresas nacionais; as fabricadas por empresas na-

MÉXICO REBELDE

por JOHN REED

«A fama de John Reed torna desnecessária sua apresentação. O grande autor dos «Dez dias que Abalaram o Mundo» — cujo texto completo foi recentemente lançado por Edições Zumbi com grande sucesso — goza de legítima fama mundial, tendo participado em acontecimentos históricos extraordinários e sobre os quais escreveu com sagacidade incomum».

«Mexico Rebelde» é o seu segundo livro, cuja publicação, durante muitos anos, foi ocultada e perseguida». Peça o hoje mesmo pelo reembolso postal — Preço Cr\$180,00 — Livraria das Bandeiras — Rua Riachuelo, 342 — loja 2 — São Paulo.

GRANDE ATO COMEMORATIVO DOS DOIS CINCO DE JULHO

Em comemoração aos dois 5 de Julho realizou-se no auditório da ABI quinta-feira última, o ato público promovido por uma comissão composta dos deputados Sérgio Maranhães, Domingos Velasco e Campos Versal, general Felicíssimo Cardoso e acadêmico Raimundo Eirado, presidente da UNE. Não obstante o mau tempo, uma assistência numerosa aplaudiu calorosamente os líderes daqueles movimentos e personalidades convidadas a participar da mesa, entre as quais notamos: deputados Domingos Velasco e Lício Bauer; general Felicíssimo Cardoso, general Eduardo Souza Mendes, general Henrique Cunha, general Sampson Sampaio, coronel Simas Enéas, coronel Pedro Martins da Rocha, coronel Castro Afilhado, capitão Trifino Correa, jornaista Pedro Mo. Costa, jornalista Roberto Sisson, professor Henrique Miranda, por si e em representação do general Joaquim Nunes de Carvalho, e um representante do presidente da UNE Anselmo de Lencastre, chefe do Estado-Maior da Coluna Invicta, o público lhe rendeu entusiástica homenagem.

O general Henrique Cunha pronunciou uma conferência, em que rememora as origens dos dois surtos revolucionários. Históricos os feitos heróicos dos 18 de Copacabana, da Escola Militar do Realengo, das guarnições de Mato Grosso, Sergipe e Amazonas, dos levantes na capital de São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como a junção das forças paulistas e gaúchas para a marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes, durante dois anos e meio, por todo o interior do país. Filou a essas lutas a insurreição vitoriosa em 1930 no bojo da qual se processaram as conquistas democráticas e progressistas que vieram desembocar no atual movimento nacionalista.

Atendendo a um apelo do presidente do ato, general Felicíssimo Cardoso, Luis Carlos Prestes dirigiu breves palavras de agradecimento ao conferencista e ao público. Acentuou a emoção com que evocava os companheiros das memoráveis jornadas dos 5 de Julho e da Coluna como Siqueira Campos, Joaquim Távora Anibal Benévolo e tantos outros oficiais e soldados tombados na luta. Tendo comandado ci-

dadões nascidos em todas as regiões do Brasil, disse Prestes que podia testemunhar sua abnegação e sua bravura, do que se concluiu que o povo brasileiro não é inferior a nenhum povo do mundo e será capaz de combater, como já o fizeram os grandes povos da China, da Índia, da Indonésia, do Egito e do Iraque sua plena emancipação econômica e sua autodeterminação, em relações amistosas com todos os países.

Depois de terem usado da palavra outros oradores, falou o deputado Domingos Velasco encerrando o ato e submetendo à aprovação dos presentes um telegrama de aplauso ao presidente Juscelino Kubitschek pela firme decisão oposta às exigências colonialistas do Fundo Monetário Internacional. Concluiu que o exemplo dos heróis dos 5 de Julho serve de inspiração à luta atual dos brasileiros sob a bandeira nacionalista.

Enviarão telegramas de apoio ao ato justificando o seu não comparecimento o almirante Herculino Cascardo, o general Euclides Hermes da Fonseca e o general Leônidas Cardoso.

Bombardeio De Telegramas Tôdas As Segundas-Feiras Sôbre Kubitschek e Jango

Funcionários de todo o País submeterão à Presidência e à Vice-Presidência da República a um verdadeiro bombardeio de telegramas, todas as segundas-feiras, reclamando, até que sejam atendidos, a adoção das seguintes medidas que há meses vêm sendo reivindicadas: 1) publicação do decreto reconhecendo a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito); 2) demissão do sr. Enos Sadok da presidência do IAPB e nomeação, para o cargo vago, de um dos três bancários cujos nomes foram apresentados ao presidente Kubitschek pelas entidades sindicais.

A decisão acima foi adotada na reunião nacional dos bancários, realizada de 27 a 29 de junho em Recife, onde foram também debatidas as questões relacionadas com a instituição do salário profissional, quadros e quinquênios; extinção do trabalho aos sábados; e convocação do VIII Congresso Nacional,

BANCIARIOS INICIAM CAMPANHA NACIONAL PARA JK CUMPRIR PROMESSAS: RECONHECIMENTO CONTEC E DEMISSAO ENOS SADOCK

Programado para o primeiro semestre de 1960.

Reconhecimento da CONTEC

A decisão dos bancários de oficializar ou telegrafar, todas as segundas-feiras, ao Presidente e Vice-Presidente da República, solicitando a publicação do decreto reconhecendo a CONTEC, foi adotada em virtude da inexplicável atitude do presidente Kubitschek que, embora tendo assinado o referido decreto, impediu, até hoje, que o mesmo fosse publicado.

Trata-se de um ato de esvaziamento das liberdades sindicais, exercido diretamente pelo próprio Presidente da República e que vem merecendo os mais veementes protestos não apenas dos bancários, mas de outras categorias profissionais de trabalhadores. O assunto, com efeito, foge da área específica

das reivindicações de um setor profissional e atinge, de um modo geral, o direito de organização sindical, que tem sido um dos pontos básicos, firmado como questão de princípio, em todos os congressos realizados no país nestes últimos anos.

Considerando esse aspecto da questão é que os bancários, na reunião de Recife, resolveram apelar para a solidariedade de todas as organizações sindicais, classistas e estudantis, conclamando-as a que se dirijam ao Presidente e ao Vice-Presidente da República solicitando, também, o reconhecimento da CONTEC.

Fundação da CONTEC

A fundação da CONTEC atendeu a uma determinação do VI Congresso Nacional dos Bancários para que as federações e os sin-

dacatos enviassem todos os esforços visando a criação de novos Sindicatos e Associações Profissionais, a fim de facilitar o estabelecimento da Confederação.

Por ocasião do VII Congresso, realizado em Belo Horizonte, em abril de 1958, em virtude de haver três Federações já reconhecidas e duas em fase de reconhecimento, resolveram os bancários, por unanimidade, extinguir a Comissão Executiva Nacional dos Bancários e substituí-la pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), com o objetivo de unificar todos os bancários do país num órgão único. A CONTEC, hoje, conta com o apoio unânime das 6 Federações que congregam os 90 sindicatos, representantes de 130 mil bancários.

O processo de reconhecimento da CONTEC, obedecendo a todas as exigências da Consolidação das Leis do Trabalho, foi encaminhado, com parecer favorável do Ministro do Trabalho, ao Presidente da República que, em 10 de março último, assinou o decreto de reconhecimento da referida entidade, mas não permitiu até hoje que o mesmo fosse publicado.

Prometeu mas não cumpriu

No dia 28 de abril, passado, o Presidente da República, em companhia do sr. João Goulart, recebeu em audiência especial uma comissão de bancários, composta de dirigentes da CONTEC e de todas as federações do país a ela filiadas. Na oportunidade, vários assuntos foram levantados com o presidente Kubitschek, inclusive os relacionados com o reconhecimento da Confederação

ção e a demissão do atual presidente do IAPB, sr. Enos Sadok de Sá. O Presidente da República, mais uma vez, prometeu atender às reivindicações dos bancários. Até hoje, entretanto, a situação permanecer a mesma. Daí a decisão da reunião nacional realizada em Recife de desenvolver uma campanha nacional visando a assegurar o direito de organização sindical e a metalização do IAPB. Paralelamente será iniciada a luta pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e a do Direito de Greve, e pela instituição do salário profissional, quadros, quinquênios e extinção do trabalho aos sábados.



Aspecto da mesa que presidiu a sessão solene de comemoração do 40.º aniversário do Sindicato dos Padeiros do Distrito Federal, que contou com a participação de inúmeras autoridades e representações sindicais.

Aumento De Salários Exigem Os Padeiros

Os trabalhadores em padaria do Distrito Federal comemoraram o 40.º aniversário do seu Sindicato em plena campanha pelo reajustamento salarial. Rememorando as grandes lutas na corporação, a atual diretoria do Sindicato, liderada por Inácio Rocha, aproveitou a oportunidade e prestou contas dos entendimentos que vêm sendo realizados com os patrões visando a conquista de novo aumento de salários, por categoria profissional, na seguinte base: padeiros, amaleiros, confeiteiros e lancheiros, aumento de 50%; lozeiros e oficiais de confeitaria, 31%; ajudantes de bico

e fermenteiros, 25%; demais trabalhadores, 20%.

Outras Reivindicações

Nos entendimentos que vêm sendo realizados há cinco meses com os patrões, os trabalhadores em padarias reivindicam ainda o estabelecimento de quadros de horário nos locais de trabalho; pagamento do repouso semanal remunerado (direito estabelecido em Lei mas não respeitado pela grande maioria de empregadores); desconto em folha das mensalidades do Sindicato; e criação de uma comissão paritária para solucionar os casos em aberto.



O presidente Kubitschek, em companhia do vice João Goulart, quando, no encontro realizado com os dirigentes bancários no Palácio das Laranjeiras, prometeu atender às reivindicações que lhes foram apresentadas. Até hoje, entretanto, não as atendeu.

NA TECELAGEM CORCOVADO:

PEDIR AUMENTO É CRIME

Mas os veteranos (com estabilidade) organizaram uma comissão para lutar por novo salário

UNIAO INTERNACIONAL DOS COMERCÍARIOS

Com a participação de 110 delegados e observadores, representando quase 10 milhões de trabalhadores do comércio de 31 países, foi fundada, em Praga, a União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores no Comércio. A reunião foi convocada pela FSM.

MOVIMENTO SINDICAL

CONFERENCIA INTERNA-CIONAL DE MINEIROS

Convocada pela Federação Sindical Mundial, reuniu-se a 15 e 19 do corrente, em Katowice (Polônia), a III Conferência Internacional dos Mineiros. Todas as entidades sindicais, indistintamente, estão sendo convidadas a enviar seus representantes ao conclave.

METALÚRGICOS CARIOCAS

Dando início à campanha de reajustamento salarial, os operários metalúrgicos desta cidade realizaram uma grande assembleia no Palácio da Rua Ana Neri, a tabela de aumento ainda não foi elaborada, mas está a cargo da Comissão de Salários, que se reuniu no dia 6.

TRABALHADORES DA FOKKER

Depois de 56 dias de lutas, os operários da Fokker conseguiram fazer com que o presidente JK mandasse readotar a referida fábrica de aviões, fechada pelos seus antigos proprietários, que requereu a intervenção do Estado. Os operários venceram na luta e voltaram ao trabalho sob nova direção.

PROFESSORES

O professor Bayard Bontex foi eleito para ocupar a Presidência do Sindicato dos Professores do Distrito Federal. O pleito foi realizado em segunda convocação e foi disputado por três candidatos, tendo Bontex vencido por maioria de votos.

GARÇÕES VITORIOSOS

Os garçons obtiveram uma importante vitória com a decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou não ser a gorjeta parte do salário. O fato será comemorado em assembleia programada para o próximo dia 16, quando iniciará a campanha por 40 por cento de aumento salarial.

AUMENTO DOS FUMAGEIROS

Os trabalhadores na Indústria do fumo em assembleia programada para o dia 11 do corrente, decidiram sobre a atitude a tomar com os patrões se não conseguirem a concessão de 30 por cento de aumento salarial.

DELEGADO ELEITOR

O líder ferroviário Alvaro Reis foi eleito Delegado Eleitor pelos trabalhadores da Leopoldina. Os Delegados Eleitores das demais ferrovias reunir-se-ão posteriormente, para eleger o representante dos trabalhadores junto ao Conselho Consultivo da Lei de Ferroviária Federal.

EMPOSSADO DEMISTOCLIDES

Em solenidade realizada no dia 3 do corrente, na Rua Mala Lacerda, 150, foi empossado a nova diretoria do Sindicato dos Empregados da Leopoldina, constituída dos srs. Demistocles Batista, Augusto de Miranda Melo e Heval Azeiteira.



O operário Pericles do Prado (foto) com quase oito anos de trabalho na Corcovado, foi posto no rua porque reivindicou uma nova tabela de salário. Pericles compareceu à assembleia levando sua declaração nos antigos companheiros.

DIAS QUE VALEM ANOS

ROBERTO MOREIRA

Mé dias que valem anos. Não sei reproduzir exatamente as palavras escritas por Marx ao analisar os acontecimentos da Comuna de Paris. Mas o conteúdo é este. E para preparar esses dias se levam, às vezes anos e anos.

Todos nós esperamos que o dia 7 de agosto próximo seja um desses dias. Que valha por muitos anos, ou melhor, que resgate cerca de 12 anos de lutas e de espera, de esperança e desencanto, que as massas trabalhadoras de nosso país alimentam de ver aprovadas pelo Parlamento as leis Orgânica de Previdência Social e da regulamentação do direito de greve. Tudo se fez. Apeliouse para os legisladores. Foram dados a eles estudos e propostas consideráveis como admiráveis trabalhos de valor legislativo. Discutiu-se com eles nas casas legislativas e em nossas reuniões. E com um detalhe: enquanto para nós militantes sindicais o tempo de intervenção é sempre limitado, os legisladores podem falar à vontade. Prometeram que até 1.º de Maio de 1958 (a última promessa) ambas as leis estariam definitivamente aprovadas. E assim por diante.

Até agora nada de positivo. O projeto saiu da Câmara dos Deputados. Está no Senado Federal. Ai se discutiu à vontade. O Senador Lima Teixeira já deu seu relatório. Mas este torna a ser objeto de discussões intermináveis, que serão do mesmo teor que as que têm sido realizadas.

Tudo isso preparou, ou melhor, está preparando o grande dia de mobilização e de luta em prol da aprovação das leis orgânica da previdência social e direito de greve.

Esse dia deve ser uma verdadeira demonstração de força dos trabalhadores e das organizações sindicais. Mas desde já realiza as assembleias em todos os sindicatos, preparar palestras nas fábricas, esclarecer a atitude dos legisladores e problemas da previdência social e a necessidade absoluta de termos o direito de greve em vigor, para acabar com as ameaças e as perseguições aos trabalhadores quando reclamam seus direitos.

Há um compromisso de alto a baixo. Desde os trabalhadores nas fábricas até as Confederações. Diante dessa mobilização, cabe aos legisladores meditar: eles serão responsáveis pelo que ocorrer.

A luta não deve cessar um só momento. Que os legisladores sintam o peso da organização operária. Só assim eles se mexem. E' o que queremos. Aproveitem as leis e sancione as mesmas o governo e tudo será decidido.

CONSTRUÇÃO CIVIL

200 DELEGADOS NO I CONGRESSO

SAO PAULO. (Da enviada especial) — Terminou no dia 4, o 1.º Congresso Brasileiro dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Mobiliário. Cerca de 200 delegados, representando mais de 15 Estados, participaram das discussões da conclave. Embora essas categorias profissionais sejam das mais antigas, é a primeira vez que realizam um Congresso Nacional e discutem em conjunto, os problemas de salário, legislação social, previdência social, organização sindical, justiça do trabalho e as questões referentes ao desenvolvimento econômico do país.

Os debates, como era de esperar, foram muito vivos. Uma questão muito discutida foi a exploração desumana dos trabalhadores da construção civil. Também os problemas da desorganização da categoria profissional e da forma de organização sindical mereceram atenção especial dos congressistas.

A proposição nacionalista dos trabalhadores foi reafirmada sob aplausos vigorosos de todos os participantes do Congresso.

PREVIDENCIA SOCIAL E DIREITO DE GREVE

O Congresso aprovou a participação ativa dos trabalhadores nos atos programados para os dias 7 de agosto e 3 de outubro destinados a exigir das auto-

ridades a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e a do Direito de Greve.

O CONGRESSO E OS SINDICATOS

Ficou também decidido que as resoluções do Congresso serão enviadas no mais curto prazo a todos os sindicatos, onde deverão ser de novo examinadas pelas respectivas assembleias. As resoluções serão submetidas à apreciação de todos, a fim de que sejam postas em execução. Todos os participantes do Congresso tomarão um compromisso de pô-las em prática.

O II CONGRESSO — BELO HORIZONTE E BRASÍLIA

Será realizado no próximo ano o 2.º Congresso. O local escolhido foi Belo Horizonte. O momento, entretanto, será em Brasília. Para isso, foi eleita uma Comissão que terá residência em Belo Horizonte, com a missão de organizar o Congresso.

Para pôr em execução as decisões do Conclave, foram eleitos uma Comissão Executiva e um Conselho Consultivo, composto de um representante de cada Estado, eleito em cada região do país, dentro de 30 dias a contar da término do Congresso.

POLÍTICA DE IMPOSTOS CONTRA O POVO:

POBRE PAGA CADA VEZ MAIS E RICO CADA VEZ MENOS

SÃO PAULO (Do Correspondente) — Em discurso pronunciado na Assembléia Legislativa, o deputado Rocha Mendes fez uma análise da política tributária no Estado, durante as gestões dos governadores Ademar de Barros, Lucas Garcez e Jânio Quadros, demonstrando ter havido uma constante no que concerne ao problema da cobrança dos impostos.

Em sua oração, o deputado ressaltou cinco aspectos da política tributária, que se repetiram nas três gestões citadas: 1 — a cobrança de impostos pesados sistematicamente os que podem e devem pagar, os ricos, e impõe aos pobres — cujo nível de vida é desolador — quase todos os encargos da manutenção de sua máquina; 2 — as percentagens dos impostos diretos, principalmente devidos pelos ricos, diminuem invariavelmente, enquanto as dos indiretos, enquanto o povo paga com o sacrifício de vestir e comer cada vez menos, sobem; 3 — a máquina tributária de SP tem o dobro da velocidade na produção de rendas face à máquina da produção, constituída pela indústria e a agricultura reunidas, embora, paradoxalmente, o movimento da primeira esteja subordinado à aceleração da segunda; 4 — em dez anos (1947-1957) as atividades produtivas do Estado registraram uma evolução de uma vez e meia em relação ao primeiro ano, enquanto a receita tributária registrou, no mesmo período, uma triplicação; 5 — enquanto o salário mínimo aumentou, em 15 anos — 1943-58 — de Cr\$ 390,00 para Cr\$ 3.700,00, crescendo 9 vezes e meia, o imposto de vendas e consignações, cobrado sobre a carne e o feijão, o arroz e a batata, o açúcar e o sal, o sapato e o tecido, o pão e o medicamento, elevou-se em 11 anos — 1947-58 — de Cr\$ 1.685.540.000,00 para Cr\$ 23.140.000.000,00, crescendo, assim, nada menos de 14 vezes.

Assinalou o deputado Rocha Mendes que, não obstante as diferenças dos interesses políticos dos três governos, seguiram eles a mesma linha na cobrança de impostos, cada um deles dobrando a arrecadação com que inaugurou a sua gestão. Ademar de Barros começou com 3 bilhões de cruzeiros e deixou o governo com uma arrecadação de quase 6 bilhões, Lucas Garcez concluiu o seu primeiro ano com 9 bilhões e ao encerrar a sua gestão arrecadava 16 bilhões. Jânio Quadros, por sua vez, começou arrecadando, em 1955, 20 bilhões (quase 7 vezes mais que Ademar em 1947) e deixou o governo arrecadando, em 1958, a importância de 39 bilhões, praticamente do-

brando a sua arrecadação inicial.

Dinheiro do povo

O imposto sobre vendas e consignações, imposto que é pago com o dinheiro das camadas populares, representou, durante os 12 anos focalizados, entre 72,2% e 80,4% de toda a arrecadação tributária.

Para demonstrar a injustiça na cobrança de impostos, o deputado apresentou o seguinte quadro das percentagens sobre o total da arrecadação tributária: Gestão Ademar de Barros: IMPOSTOS DIRETOS (impostos cobrados, na sua maioria, sobre bens imóveis e pagos, como facilmente se pode notar, pelos ricos) — 22,1% no início do governo, baixou para 16,1% no fim do mandato, IMPOSTOS INDIRETOS (cobrados sobre os gêneros alimentícios, vestimentas, calçados e demais produtos de primeira necessidade, que têm reflexos sobre os preços desses artigos e são pagos pelas grandes massas populares) — 75,3% no início e aumentado para 80,6% no fim do governo.

Gestão Lucas Garcez: IMPOSTOS DIRETOS — 15,4% no início para 11,2% no

Discurso do deputado Rocha Mendes na Assembléia paulista, analisando a orientação tributária dos governos de Ademar, Lucas Garcez e Jânio Quadros

fin. INDIRETOS — 82,9% para 85,2%. Gestão Jânio Quadros: DIRETOS — 12,5% para 9,6%. INDIRETOS — 84,3% para 88%.

No quadro do desenvolvimento econômico, comparando-se esses vertiginosos aumentos da receita tributária verificados de 1947 a 1958, com os índices anuais do aumento da contribuição do Estado de S. Paulo para a renda nacional, o panorama é o seguinte:

Tomando como base o ano 1947, a arrecadação representou Cr\$ 2.295.719.000,00 (índice 100) e a renda nacional elevou-se a Cr\$ 45.867.300.000,00 (índice 100). Em 1950 esses números foram: arrecadação Cr\$ 4.683.606.000,00 (índice 204) e renda nacional Cr\$ 71.162.900.000,00 (155). Em 1953: arrecadação Cr\$ 9.296.842.000,00 (403) e renda nacional Cr\$ 122.034.000.000,00 (266). Em 1955: arrecadação Cr\$ 16.523.507.000,00 (720) e renda nacional Cr\$ 194.313.900.000,00 (424). Em 1957, a arrecadação assinou Cr\$ 26.065.543.000,00 (índice 1.136), enquanto a renda nacional elevou-se a Cr\$ 271.739.200.000,00 (Índice 592). Esses índices demonstram a tendência do aumento desproporcional e progressivo dos impostos em relação ao desenvolvimento econômico, deixando claro que a cobrança de impostos em São Paulo cresce duas vezes mais rapidamente que a produção.

Carvalho Pinto: mesmo caminho

Prosseguindo em seu discurso, o deputado Rocha Mendes focalizou o atual governo paulista, chefiado pelo Sr. Carvalho Pinto, assinalando que o mesmo continua seguindo a mesma política tributária. A arrecadação do imposto de

vendas e consignações nos primeiros três meses do corrente ano, de 10 bilhões e 714 milhões, significa, a continuar como vai, que o Sr. Carvalho Pinto arrecadará até o fim do ano 32 bilhões, pois o aumento do primeiro trimestre foi de 120,1% sobre o mesmo período do ano anterior. A arrecadação em 1958 atingiu os 23 bilhões e nos seus três primeiros meses foi de 4 bilhões e 867 milhões de cruzeiros.

Acentuou o deputado Rocha Mendes que o atual Governador de São Paulo promete introduzir uma série de modificações no quadro da arrecadação tributária, através, por exemplo, de medidas como a isenção do imposto territorial rural para as propriedades até 20 alqueires, isenção do imposto de transmissão inter vivos para as propriedades até Cr\$ 200.000,00, redução do imposto de vendas e consignações no mercado do algodão e aumento dos impostos sobre as grandes áreas, medidas essas a que se empresta o significado de primeiros passos para a reforma agrária.

Todavia, esclareceu o deputado, há uma série de reparos a fazer em relação

a essas medidas. A isenção indiscriminada do imposto territorial para as propriedades até 20 alqueires beneficiaria o proprietário de terras férteis, próximas às vias de comunicação e dos centros urbanos, enquanto que o proprietário de uma área de extensão pouco maior, digamos 25 alqueires, cuja produção se vê onerada com o emprego de adubos e fertilizantes e tem sua colocação no mercado sufocada pela distância e pela ação dos açambarcadores, ver-se-ia obrigado a pagar o imposto.

A iniciativa de uma taxa mais forte das áreas inaproveitadas mereceu aplausos. A atenção para impostos como o territorial rural, que deve ser maior não apenas como medida de justiça social, mas, principalmente, como medida corretiva, pode atuar como poderoso fator de progresso, gerando verdadeiras medidas de reforma agrária. A taxa forte e progressiva das áreas rurais inaproveitadas, obrigaria, sem dúvida, o seu aproveitamento e a criação de riquezas, permitindo facilidades de trabalho seguro a milhares de famílias do campo, desenvolvendo a renda interna. O depu-



Dep. Rocha Mendes

lado Rocha Mendes sublinhou ser partidário de uma taxa realmente progressiva e de justiça social, que não leve em conta apenas as terras inaproveitadas, mas que constitua, além do disciplinamento da retenção e uso da terra, a atualização dos impostos diretos e a obrigatoriedade de o povo não contribuir com tão elevadas parcelas para a manutenção da máquina do Estado.

O deputado Rocha Mendes terminou seu discurso exortando o governo do Sr. Paulo a taxar com critério ético e isenção de classe os grandes proprietários, que podem e devem pagar e que veja como solução sadia para o aumento da receita tributária, todo estímulo e incentivo à renda interna, à renda nacional.

DESAPARECERÁ O TRIGO DAS COXILHAS DO RIO GRANDE?

PRETENDERAM OS AMERICANOS ANIQUILAR NOSSA TRITICULTURA

Paulo Schilling

Na segunda parte de sua conferência pronunciada no ISEB e que estamos reproduzindo, o economista Paulo Schilling analisa o Acordo firmado entre o governo brasileiro e o dos Estados Unidos sobre trigo, considerando uma tentativa de liquidação da triticultura nacional. Os títulos são nossos. NR.

Toda uma campanha movida contra a triticultura nacional culminou no tristemente celebre Acordo do Trigo Americano, pelo qual o Brasil se comprometeu a comprar nada menos de 1.800.000 toneladas de trigo norte-americano. Executado esse acordo, mantidos na íntegra os contratos vigentes com a Argentina e Uruguai, o trigo nacional, já na safra de 1957-1958, ficaria excedente. O acordo do trigo americano, com seus múltiplos aspectos, representa a última palavra da ciência econômica imperialista. Lançando mão, mais uma vez, dos seus expedientes agrícolas, pretendendo os americanos aniquilar a nascente triticultura brasileira e, ao mesmo tempo, expulsar a Argentina e o Uruguai de um mercado tradicional. Fugindo à regra dos "dumpings", a mercadoria negociada não o foi a preço vil, nem de qualidade superior. Ao contrário, o trigo americano importado até agora, dentro do acordo, nos custou, em cruzeiros, 40% mais do que o platinado, quanto à qualidade, nem existe termo de comparação, quer com o produto nacional, quer com o argentino e uruguaio, pois o trigo americano que temos recebido é de péssima qualidade, da safra de 1952, consequentemente de baixo teor de panificação. O açúcar que desta vez dourou a pilula não foi o preço, mas o prazo de pagamento e a possibilidade de resgate em cruzeiros.

Consequência a auto-suficiência, dentro de poucos anos estabeleceriamos o mercado internacional. A classe dos triticultores, esclarecida e combativa, constitui a espinha dorsal do movimento nacionalista no sul do país. Era necessário aniquilar essa ameaça. Como o grande argumento dos triticultores junto ao governo central, tínhamos em não com-

preender a importância da lavoura de trigo brasileira, era a economia de dólares resultante da produção nacional (US\$ 80.000.000 em 1956, US\$ 200.000.000 quando se alcançasse a auto-suficiência), foi decidida a venda em cruzeiros. Note-se: pela primeira vez na história de nossas relações comerciais e unicamente para a compra de trigo e outros produtos destinados à nossa agricultura.

85% do valor em cruzeiros do trigo americano importado seriam emprestados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (os restantes 15% são entregues à Embaixada Americana), pelo prazo de 3 a 40 anos. O acordo estipula aprovação prévia, pelo governo americano, para os financiamentos a serem feitos pelo BNDE, determinando ainda que uma parcela fixa do total dos empréstimos fosse destinada para investimentos a empresas privadas de qualquer nacionalidade. Essas condições são textuais e constam de um relatório do ministro Marcelo Soares ao Presidente da República, datado de 26.11.56. Esse negócio de compra privada de qualquer nacionalidade é, porém, sublimado, de modo, que a grande beneficiada seria a Bond and Share, pois os empréstimos seriam destinados essencialmente à construção das hidrelétricas de Furnas e Três Marias (a cargo do truste eletrônico americano) e, uma pequena parte, ao trecho ferroviário Passo Fundo-Caiçara do trunco principal sul, no Rio Grande do Sul, a chamada (truste) Estrada do Trigo. Interpretamos o governo americano vende ao governo brasileiro, por intermédio de um banco nacional (de Desenvolvimento Econômico) certa quantidade de trigo excedente; parte do dinheiro (para) certa quantidade de trigo excedente; parte do dinheiro (para) o empréstimo, pelo mesmo Banco, ao truste americano de eletrificação, sob a garantia (avulsa) do governo brasileiro; nos dois extremos da operação temos o governo americano e uma firma americana o BNDE e o governo brasileiro são simples intermediários da operação, como o encargo de vender o "cabaço" e garantir o pagamento do mesmo e, o que é essencial, garantir a recomposição da ligação cruzeiros-dólares. Sim, porque tem mais essa: ainda o risco da variação da equiva-

(Conclui na 10ª página)

NOTA ECONÔMICA

A VOZ DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Em abril deste ano realizou-se, na cidade do México, a 27ª reunião do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. Nesta reunião, um dos pontos da ordem-do-dia foi o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. No este motivo, a reunião devia despertar especial interesse no Brasil. Nada se sabe, porém, a respeito da participação dos delegados brasileiros no Conselho Econômico e Social da ONU, apesar da preocupação que se afirma ter hoje a nossa política exterior com a luta contra o subdesenvolvimento em escala continental. Além disso, as agências telegráficas timbraram em divulgar o menos possível a respeito do encontro do México. Tinham motivo para tal atitude, como podemos verificar agora através da leitura de jornais europeus. E que, na capital do México, os representantes de numerosos países subdes-

envolvidos protestam, em diversas maneiras, contra a ordem econômica internacional que se é favorável aos países altamente industrializados (trata-se, no caso, evidentemente, dos países imperialistas). Um dos problemas focalizados com maior ênfase pelos delegados dos países subdesenvolvidos foi a queda em seu nível de vida, nos termos de intercâmbio, ou seja, a queda do poder aquisitivo dos seus produtos de exportação no comércio exterior. A este propósito, o secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld declarou que a queda dos preços das matérias-primas havia reduzido as receitas dos países subdesenvolvidos ao ponto de fazer desaparecer os efeitos dos investimentos e da ajuda econômica. O representante do México notou que o declínio dos preços das matérias-primas, combinado à alta dos preços dos produtos manufaturados

no curso do ano 1957-1958, tinha tido como resultado causar uma perda da capacidade de importação dos países subdesenvolvidos correspondente a sexta parte de suas reservas de ouro e de divisas ou a três vezes o valor dos empréstimos que lhes concedeu, neste período, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

Bastante expressivo foi o deleito do Paquistão. Declarou que o seu país devia exportar o dobro da quantidade de mercadorias que exportava em 1949 para importar a mesma quantidade de produtos manufaturados. E mos-

trou que este tipo de comércio conduzia à estagnação e ao empobrecimento dos países atrasados. Todos os países subdesenvolvidos representados no Conselho, concordaram em que esta situação não poderia encontrar solução com a industrialização e a diversificação de suas economias.

Interessante é que um dos atos de serias críticas foi o Fundo Monetário Internacional. O delegado do Paquistão, Zahuruddin Ahmed, protestou contra a insistência exagerada de estabilidade financeira que marca a atitude ultra-conservadora do FMI. O título do desenvolvimento, declarou o sr. Ahmed, é tão

ou mais importante que a estabilidade. E se um destes elementos é dispensável, trata-se da estabilidade. O representante mexicano criticou a International Finance Corporation que, em mais de dois anos de existência, forneceu empréstimos de somente 13.342.000 dólares sobre um capital de mais de 93 milhões de dólares. Agora isto, a maior parte dos empréstimos da instituição se destinou a empresas estrangeiras instaladas nos países subdesenvolvidos, estimulando muito pouco o desenvolvimento das indústrias nacionais.

Afastaram-se ainda mais das doutrinas econômicas

tradicional do Ocidente — "as fórmulas já desacreditadas de um liberalismo acidental, vão e oportunista", como afirmou o Delegado venezuelano — os delegados de numerosos países subdesenvolvidos insistiram na necessidade de uma planificação no papel essencial do Estado no desenvolvimento industrial. O caráter geral desta tendência foi notado pelo secretário das Nações Unidas para os assuntos econômicos e sociais, o qual declarou que a industrialização se havia tornado um processo organizado, cada vez menos entregue às incertezas da empresa privada.

Assinalaremos, por último, que os efeitos nefastos da divisão política do mundo também mereceram comentário na reunião de México. O representante de Afeganistão exprimiu francamente seu pesar pelo fato de que considerações políticas retardem o progresso de certos países subdesenvolvidos (é o ca-

so, podemos exemplificar, no Brasil). Enquanto o secretário da ONU declarava que o programa de assistência técnica tinha sido retardado pela dificuldade de recrutar um estado-maior competente, o representante soviético revelou que o seu país havia oferecido os serviços de 166 técnicos dos quais somente 29 haviam sido recrutados. O que permite apreciar devidamente o pretensioso espírito de "imparcialidade" da ONU...

Os fatos acima enumerados são suficientes para dar ideia do estado de espírito reinante entre os círculos dirigentes dos países subdesenvolvidos, mesmo daqueles que seguem uma política exterior reacionária, como o Paquistão. O governo brasileiro, entretanto, se omite. Provavelmente, naquele momento, ainda tinha esperança de obter um empréstimo do Fundo Monetário Internacional. O empréstimo seria o preço do silêncio e de muita coisa mais. Preço que afinal não foi pago...

MAURICE THOREZ NO XV CONGRESSO DO P.C.F.:

UNIÃO OPERÁRIA E REPUBLICANA CONTRA O REGIME DE PODER PESSOAL

Durante cinco dias, entre 24 e 28 de junho, reuniu-se em Ivry-sur-Seine, no famoso "cinturão vermelho" que cerca Paris, o XV Congresso do Partido Comunista Francês.

Este é o primeiro congresso dos comunistas franceses depois da subida de De Gaulle ao poder e da instauração do regime antidemocrático. Reabriu-se num momento em que o sistema do poder pessoal começa a apresentar suas primeiras fendas, a sofrer o impacto cada vez mais forte da oposição dos trabalhadores e de alguns setores das classes médias. Incapaz de pôr fim à guerra da Argélia, de isolar das massas o Partido Comunista e de liquidar inteiramente as liberdades democráticas, De Gaulle encontra dificuldades cada vez maiores para aplicar a política dos monopólios.

O XV Congresso assumiu, assim, o caráter nítido de uma demonstração de força e unidade da vanguarda do proletariado francês, foi uma tomada de posição para a luta contra o regime do poder pessoal. O único ponto inscrito na ordem-do-dia do Congresso foi também a palavra-de-ordem dominante nas discussões, nos discursos, nas resoluções: "União das forças operárias e republicanas pela restauração e a renovação da democracia." A seguir publicamos um resumo do informe apresentado por Maurice Thorez ao XV Congresso:

O REGIME DE PODER PESSOAL

O período decorrido desde o XIV Congresso do nosso Partido, foi caracterizado essencialmente pela destruição das instituições democráticas e o estabelecimento de um regime de poder pessoal saído do control dos facciosos. Esse regime se apoia sobre os elementos mais retrógrados, mais militaristas, mais colonialistas da grande burguesia. Ele abre o caminho ao fascismo.

A REGRESSÃO ECONÔMICA

A despeito de todos os discursos oficiais sobre o "serguintamento", a economia francesa se encontra hoje em estado de comorção e de instabilidade. Esta situação se explica em primeiro lugar pela conjuntura geral do mundo capitalista; mas é singularmente agravada pelas repercussões da guerra da Argélia, e a entrada em vigor da "Moneda Comum", não pode deixar de aprofundar o desequilíbrio.

POLÍTICA SOCIAL RETRÓGRADA

A política social do governo gaullista é a mais retrógrada que a França já conheceu depois de Laval e Pétain. Esta política, apresentada mentirosamente como uma espécie de penitência passageira, reveste, em todos os domínios, um caráter sistemático, demonstrando que se trata de uma orientação de

princípio, de uma tentativa coerente do capital financeiro para retomar aos trabalhadores o essencial das vantagens conquistadas no curso de dezenas de anos de luta.

PAUPERIZAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA

A realidade apresenta, uma vez mais, um cruel desmentido àqueles que negavam, nos últimos anos, a lei tendencial da pauperização absoluta e relativa da classe operária. Nossos adversários diziam que o nível de vida dos operários tendia no capitalismo não a baixar, mas a elevar-se, e que, por consequência, o marxismo, com suas teorias sobre a agravação da luta de classes e sobre a derrota inevitável do capitalismo, estava refutado. Toda a evolução dos acontecimentos revela a inconsistência dessas teses, a falacidade das profecias sobre a evolução gradual e espontânea do capitalismo ao socialismo.

OS CAMPONESES E AS CAMADAS MÉDIAS

A campanha anti-comunista e a afirmação de que nos sentamos os inimigos da pequena propriedade, serve simplesmente para desviar a atenção dos verdadeiros responsáveis pela espoliação camponesa, daqueles que exploram centenas de milhares de pequenos proprietários.

Nos não pensamos, como certos revisionistas, que é preciso abandonar os pequenos produtores, muito menos ajudar os monopólios a eliminá-los. Este seria o meio mais seguro de entregar esses pequenos produtores à demagogia fascista.

Todas as camadas médias, e igualmente um

grande número de pequenos fabricantes, têm um interesse evidente na luta contra a dominação dos monopólios. Este é o terreno de uma ampla aliança com a classe operária pela restauração e a renovação da democracia.

O REGIME DO ARBITRIO

A Constituição, que antea de fato a soberania nacional e concentra toda a autoridade nas mãos de um homem, não deixa nenhum poder à Assembléia, que uma lei eleitoral iníqua transforma numa caricatura de representação do povo. Esta Assembléia despoja a si mesma das possibilidades — embora tão reduzidas — que ainda tinha para emitir um voto. Em todos os domínios, a gestão autoritária, o culto do chefe substituem o controle democrático. Os ministros, simples empregados escolhidos na maior parte fora do Parlamento, agem de maneira ditatorial. Tendese a centralizar cada vez mais fortemente o poder do Estado, a estender o campo de sua autoridade sobre as iniciativas dos indivíduos e sobre as atividades das associações privadas.

UM CANCRO: A GUERRA DA ARGÉLIA

A impotência da grande burguesia diante do problema capital da liquidação do colonialismo é a origem da guerra da Argélia. E a guerra da Argélia conduziu à ruína o regime democrático na França. O poder pessoal, a despeito de todas as suas promessas, não soube senão continuar e agravar a guerra. Sua política argelina suscita uma inquietude e um descontentamento crescentes.

As divergências entre as diversas tendências do colonialismo francês se revelam secundárias. Nenhuma das soluções apresentadas por elas tem em conta as aspirações nacionais do povo argelino seu direito à independência. Os monopólios franceses querem se entregar à exploração do petróleo do Sahara em busca do lucro, capitalista e em associação com os grupos imperialistas comunistas, britânicos, americanos e alemães. Tal é a verdadeira conteúdo do plano de Constantine. Esta política supõe a manutenção do domínio imperialista, a que acarreta necessariamente o prosseguimento e a intensificação das hostilidades.

O INTERNACIONALISMO E O INTERESSE NACIONAL

O interesse da França é por termo a uma guerra

sem saída, ruínoza do ponto de vista material e moral, pesadelo de nossa juventude e atentado permanente ao renome de nosso país.

Assim, de nossa parte, na questão da Argélia, há uma posição internacionalista, uma posição leninista, de apoio aos povos coloniais, pelo direito de autodeterminação, compreendendo inclusive o direito de separação. Mas há também o interesse nacional, tanto do ponto-de-vista da perspectiva — isto é, o cuidado de não cavar um abismo entre o povo da França e o povo argelino — como no plano imediato e num futuro próximo: numa França que não será ainda socialista, mas onde o petróleo e os outros recursos energéticos estarão em mãos da nação, como prevê nosso programa, teríamos interesse em tratar com um povo argelino que fosse dono de seus recursos petrolíferos e escasseasse à dominação americana.

POLÍTICA EXTERIOR DE AVENTURA

A política exterior do regime gaullista é diretamente contrária às aspirações de nosso povo, que quer a paz. A distensão internacional, a segurança, o desarmamento, são as aspirações de milhões de pessoas de nosso país. A manutenção e o agravamento da tensão, tal é o objetivo do governo. Ele necessita da guerra fria para prosseguir as operações militares na Argélia, firmar melhor o poder da reação na França, organizar de acordo com o interesse dos monopólios a luta contra a democracia e o socialismo na Europa e no mundo.

UNIR TODAS AS FORÇAS

O poder pessoal, apesar de seu duplo recurso à ameaça e à demagogia, não conseguiu paralisar a combatividade dos operários, dos camponeses, dos universitários, das mulheres e dos jovens, dos antigos combatentes, que se movimentam à medida em que descobrem as realidades da política de De Gaulle. As massas se empenham nas primeiras ações. Cada um dos movimentos diversos persegue seu próprio objetivo, que se prende a um aspecto particular da política praticada pelo governo reacionário. O problema a resolver é o de fazer convergir todos esses movimentos num feixe único, reunindo todas as energias populares para dar o máximo de força à luta em favor do restabelecimento e da renovação da democracia. É preciso antes de tudo fortalecer as fileiras da classe operária, assegurar sua unidade,



Maurice Thorez e Jacques Duclos palestram com o chefe da delegação do PCUS, Mikhail Súslov, no XV Congresso do PCF.

UNIDADE COM OS SOCIALISTAS

No começo deste ano, quando das eleições legislativas parciais e sobretudo por ocasião das eleições municipais, ocorreu um fato que há muito tempo não se verificava. Uma fração importante dos eleitores socialistas votou, seja por listas de união da

esquerda, nas quais estava representado o Partido Comunista, seja mesmo por candidatos ou lista do Partido Comunista. Vemos assim que possibilidades se abrem aos comunistas para desenvolverem seu esforço de unidade pela base, com a massa de eleitores socialistas.

Programa de renovação da democracia

Para dar uma plataforma concreta à aliança entre a classe operária, os camponeses, trabalhadores, os intelectuais e as classes médias das cidades à aliança do Partido Comunista com outros partidos democráticos, é necessário elaborar um programa de renovação das instituições republicanas e da vida nacional. Para isto empreendemos esforços o Partido Comunista, submetendo seu projeto à discussão.

Na ordem política propomos a adoção por uma assembleia constituinte, de um sistema de governo verdadeiramente democrático que deveria basear-se nos seguintes princípios:

- O poder supremo pertence ao Estado republicano, aos representantes do povo, que são eleitos pelo sufrágio universal direto e proporcional e que formam uma Assembléia nacional única. O governo emana desta Assembléia e é responsável perante ela.
A representação proporcional é a norma em todas as eleições. Todos os eleitos podem ter seus mandatos revogados.
As liberdades e os direi-

tos do homem são garantidos pela lei, e são aplicadas sanções severas aos agentes do poder que os violem.
A polícia é depurada e democratizada. As organizações facciosas são dissolvidas.
O exército profissional é abolido. O exército deve estar ao serviço exclusivo da nação, baseada no serviço militar a curto prazo e subordinado de modo absoluto ao poder civil. Proibe-se toda a discriminação política e social em suas fileiras.
Um Estatuto democrático da função pública garante os direitos dos agentes do Estado, ao mesmo tempo que os associará estreitamente à gestão dos serviços.
As liberdades municipais são restabelecidas e ampliadas, os prefeitos são suprimidos e seus poderes transmitidos à assembleia departamental.
Os juizes são eleitos pelo povo.
A República reconhece como lei fundamental a separação rigorosa do Estado e da Igreja, da Escola e da Igreja.

O rádio e a televisão são submetidos a um controle democrático, assegurando sua imparcialidade e sua objetividade.

ECONOMIA MODERNA

Depois de ter estabelecido os fundamentos das liberdades públicas, o programa deve assegurar as bases materiais da independência e da grandeza do país, possibilitar o desenvolvimento de uma economia moderna, aproveitamento de todos os recursos nacionais.

Esta política exige a exploração intensa e coordenada dos recursos energéticos da França, graças ao desenvolvimento da produção carbonífera, da energia hidráulica, do petróleo, do gás natural, e a criação de uma grande indústria atômica orientada para a produção pacífica. Ela supõe um impulso poderoso às indústrias fundamentais: eletrônica, de máquinas, ferramentas e aeronáutica.

A fim de que os recursos e as riquezas liberados pela aplicação desse vasto programa não sejam aproveitados em detrimento do país pelos trusts franceses e estrangeiros, o Partido Comunista propõe a nacionalização dos monopólios de fato e particularmente da indústria atômica, da indústria petrolífera, da grande indústria siderúrgica e química, dos bancos e das companhias de seguros.

Em todos os escalões da vida econômica, será instituído o poder de iniciativa e de controle dos trabalhadores e de suas organizações, começando-se por restabelecer e ampliar as atribuições que eram conferidas originalmente aos Comitês de empresa.

DEMOCRACIA E SOCIALISMO

Os trabalhadores comunistas são partidários irreduzíveis da democracia mais ampla, da democracia proletária, da democracia socialista onde desaparece totalmente a contradição inerente à democracia burguesa, entre a liberdade formal e a sujeição real, e onde, consequentemente, cada personalidade humana se expande livremente. Mas os comunistas não se desentressam da forma que assume em cada caso o regime burguês. Nas condições em que estão colocados a partir de 1958, lutaram e lutam com toda a energia contra o reforçamento da dominação capitalista pelo poder pessoal, pela eliminação desse poder, pelo restabelecimento das instituições republicanas.

Uma democracia francesa renovada seja capaz de limitar, conforme os interesses fundamentais do povo e da nação, o campo de ação dos monopólios, seja capaz de isolar o capital monopolista e de colocar a economia, cada vez mais, a salvo de suas usurpações. Por sua vez a democracia reconhece a importância das modificações na economia. Não quer seja verdadeira, como dizem os revisionistas, que as reformas na economia sejam restritas ao país, as medidas de luta contra os trusts, as nacionalizações, possam dispensar a revolução socialista. Mas é certo que essas reformas podem mobilizar as massas e contribuir para mudar a posição de forças de classe na arena política.

Não há mais em nossa época um longo intervalo histórico entre as transferências democráticas e as transformações socialistas. A direção da luta política do povo pela classe operária, tão manifesta em nossos dias, aproxima e solda as duas etapas. A democracia, criação contínua e aperfeiçoada no socialismo.

FLAGRANTES DO CONGRESSO

1 A municipalidade de Ivry, onde se realizou o Congresso, é um pequeno rincão comunista no banlieue rouge de Paris. Há trinta anos os comunistas vencem ali as eleições, controlando hoje um mais de metade do eleitorado. Em Ivry reside Maurice Thorez. Quando entramos nesse suburbio florestado, como que nos sentimos em território socialista. A rua mais movimentada tem o nome de Joseph Staline. Detronco do ginásio desportivo Auguste Delaunoy, onde se realizaram as sessões do Congresso, drapam-se bandeiras vermelhas e tricolores e uma grande hâncula. Bem-vindos os delegados ao XV Congresso do Partido Comunista Francês.

2 A grandiosa sala do ginásio está decorada de azul, branco e vermelho. Ao fundo, a tribuna revestida de vermelho ostenta a foice e o martelo e é encimada por um gigantesco painel que representa a Liberdade sobre as barricadas de Delacroix. De um lado da sala, os retratos de Marx, Engels e Lênin; do outro lado, os de Jaurès, Guesde e Cachin. No salão há lugares para mais de 500 delegados eleitos pelas federações do Partido Comunista em todo o país. A tribuna é dominada pelo lema que define todo o sentido político do Congresso: União das forças operárias e republicanas pela restauração e a renovação da democracia.

3 Assistoram ao Congresso 30 delegações de Partidos Comunistas de vários países, e dezenas de outros enviaram mensagens. A delegação do Partido Comunista da União Soviética foi dirigida por Mikhail Súslov, sendo saudada calorosamente. Um dos momentos mais emocionantes foi a leitura da mensagem enviada pelo Partido Comunista da Argélia. Achavam-se presentes a delegação do Partido Comunista da China, da Vietnã, do Chile e do Brasil. A mensagem enviada por Luiz Carlos Prestes, em nome do movimento comunista brasileiro, foi acolhida com grande entusiasmo.

4 Entre os 507 delegados que participaram do Congresso, havia 440 homens e 67 mulheres. A idade média dos delegados era de 37 anos, incluindo-se considerável número de jovens. A composição das delegações num Partido grande e antigo como o francês. Quanto à composição social, 53% dos delegados eram operários. Havia ainda 15 operários agrícolas e 27 camponeses, 37 empregados, 18 quadros técnicos, 15 professores primários e secundários e 23 professores universitários, além de escritores, estudantes, jornalistas, comerciantes e artesãos. 382 delegados eram sindicalizados na CGT.

5 O Congresso, em sua última sessão, elegeu o Comitê Central do Partido, que se reuniu imediatamente e reelegeram o Bureau Político: Maurice Thorez, François Billoux, Laurent Casanova, Jacques Duclos, Etienne Fajon, Léon Feix, René Frachon, Georges Frischmann, Raymond Guyot, Léon Mauvais, Waldéck Rochet, Marcel Servin, Jeanette Verniers. Como membros suplentes do Bureau Político foram reeleitos: Gustave Ansart, Roger Garudy e Georges Seguy. Em seguida, o Comitê Central elegeu o Secretariado, composto de: Maurice Thorez, secretário geral e Jacques Duclos, Waldéck Rochet, Marcel Servin, Gaston Plissonnier e Léo Figueroles.



NO CONGRESSO DO PC FRANCÊS — Aspecto do plenário.

MORAL CAPITALISTA E MORAL PROLETÁRIA



ROGER GARAUDY
(Resumo da intervenção no XV Congresso do P. C. Francês)

"O combate de classes — disse Maurice Thorez em seu discurso — desenvolve-se igualmente no terreno da moral".

O Papa proclama que o comunismo destrói a moral. Guy Mollet brande contra ele a bandeira do "socialismo humanista" e do "mundo livre". Para os sustentáculos do capitalismo, no material de guerra contra os povos, os "valores espirituais" desempenham, no plano ideológico, um papel semelhante ao dos "parás" (para-que-dão — N. do T.) no setor "social" ou da bomba H nas "relações internacionais".

Eles sabem que os trabalhadores amam a retidão e a decência e procuram assim desorientá-los, desacreditar perante eles o comunismo. Dizem que negamos toda moral porque negamos a existência de uma moral acima das classes e porque combatemos sua moral, aquela que justifica e perpetua o esmagamento do homem.

A moral de classe

Esses virtuosos cavalheiros proclamam com muito ruído que a moral — eterna — proíbe o recurso a certos meios como, por exemplo, a violência e a astúcia. Mas, como recordava Thorez, eles deitaram por seus atos o que proclamam em palavras: sua indignação não é inspirada pela moral eterna, mas pelo espírito de classe.

Quando o exército soviético derrotou a contra-revolução em Budapeste, ou o exército chinês a derrota no Tibete, trata-se de crimes que dignam nos céus. Mas quando Franco ensanguenta a Espanha, a prisão e a fuzilação durante vinte anos os milhares operários e os repulcões, o Papa o chama de "filho bem-amado". Quando o almirante Thierry d'Arenberg que, na vida civil, prior da Carmelitas de Paris, bombardeou Hai-Phong, fazendo 6.000 vítimas na população civil, e desdenha da que ano de guerra assassina, não há crime em nenhuma penalidade de seus superiores religiosos nem no Vaticano.

Hitler pode renovar, de Quatour a Ladoré e de Auzanville a Buchenwald, as atrocidades de Geretz Khan e de Tamerlán na arte de exterminar milhões de seres humanos. Mas o Papa, depois de uma condenação platônica no racismo, fanatismo, demagogia, a concordância que

exigia dos bispos alemães o juramento de fidelidade a Hitler. O fim justificava os meios. E o fim era a luta contra o comunismo. Os bispos alemães proclamavam unânimes: "O chanceler Adolf Hitler deu-se conta a tempo da avalanche do bolchevismo. Ele se consagrou a lutar desde o primeiro passo alemão e os povos de todo o Ocidente. Os bispos alemães consideram seu dever apoiar o chefe do Reich nesta luta, por todos os meios de que eles dispõem no domínio religioso". Eretivamente, eles foram fiéis a Hitler até a sua queda, como hoje o são a Adenauer para continuar a mesma empresa de classe.

Quando se trata de combater o comunismo, não é a violência que a moral condena, mas sim a objeção de consciência. Quando a "Associação da Juventude Católica Alemã" reuniu em Altenberg, em 1954, num relatório sobre a Comunidade de Defesa Europeia, preconiza a objeção de consciência para se opor ao rearmamento alemão, o Papa responde com força que "um cidadão católico não pode fazer apelo à sua própria consciência para recusar-se a prestar serviços e cumprir os deveres fixados pela lei".

O fim justifica os meios

A ideia de que o fim justifica os meios é, aliás, um princípio moral de que a Igreja tem a paternidade incontestável. Quando, numa controvérsia pública, o milho católico general Massut respondeu ao general Billette justificando a necessidade da tortura. Ele tomou exatamente a argumentação de São Tomás de Aquino, escrevendo: a tortura ou a mutilação pode ser "prescrita para o bem superior da sociedade". Do mesmo modo que a autoridade pública pode privar alguém da vida por certos crimes graves, ela tem igualmente o direito de lhe suprimir um membro por delitos menos graves".

Assim, a pretensa moral eterna, invocada pelo Papa para sua cruzada anticomunista ou por Guy Mollet para justificar sua colaboração com todas as forças anti-operárias, é a moral de uma

classe e o instrumento de sua dominação. Esta moral tem todos os traços de classe a que ela serve: ela é feita à imagem dos senhores e dos reis, superiores aos trabalhadores, e que lhes ditam sempre uma lei absoluta, uma lei que exige a resignação e a submissão, uma lei que sufoca e maldiz a revolta.

A postura própria a moral da classe dominante é pretender julgar do valor moral dos meios, enquanto julga apenas em função dos fins perseguidos: não se condena a violência daquele que mantém o escravo encadeado a permanência de uma lei natural. O uso legal da força pela classe dominante é o que se chama direito. A repressão também, mesmo quando feroz, é chamada direito e bendita como tal.

O "grande Terror" jacobino fez 1.600 vítimas, e o Terror branco de 1815 dez vezes mais. As represálias contra os insurretos de julho de 1848 massacraram dez operários para cada homem tombado nas "forças da ordem". As orgias da Semana sangrenta e as cortes marciais de Thiers massacraram 70.000 comunistas para vinte e três reftens. Entretanto esta violência de um por mil é até hoje agitada como um espetáculo, enquanto que as ferocidades da repressão foram benditas em 1815 por um Te Deum em Notre Dame e, depois de 1871, pela consagração de Paris ao Sagrado Coração.

Todas as revoluções reunidas estavam infinitamente menos sangrentas que os impérios — sobretudo os impérios coloniais; mas se maldiz apenas as violências das revoluções.

A moral do capitalismo

A própria existência do capitalismo é inconcebível sem uma violência permanente contra o homem. Os ideólogos da burguesia, depois de Kant, repetem que a primeira regra moral é que o homem deve ser tratado sempre como um fim e jamais como um meio. Ora, a lei fundamental do desenvolvimento do capitalismo faz da imensa maioria dos homens, precisamente um meio: o trabalhador assala-



riado e, para o capital, um meio, um meio de produção. O capitalista compra a força de trabalho de um operário como uma mercadoria qualquer, ou antes, como uma mercadoria de um gênero particular: mercadoria que serve de meio para realizar lucros. E arranca dela o máximo com um total menosprezo pela vida.

Do ponto-de-vista econômico, esse regime acumula a riqueza num pólo e a miséria em outro. Do ponto-de-vista moral, ele desenvolve a corrupção dos possuidores e o esmagamento dos explorados. O apodrecimento do capitalismo engendrou o apodrecimento da moral burguesa. Quando o homem é detido pela propriedade, quando a lei do regime impõe a conquista do lucro, todas as relações humanas, todos os sentimentos, são violados: a família se confunde com a herança, o patriotismo com a exploração colonialista e chauvinista, a liberdade com o individualismo egoísta, o humanismo com a mentira necessária para mascarar e perpetuar as relações de escravidão.

Torna-se indecível o limite entre o jogo normal do regime e o crime. A comissão presidida pelo senador Kefauver em 1955 revelou que nos Estados Unidos as receitas provenientes do jogo de trapaca, das casas de tolerância, do tráfico de drogas e do roubo à mão armada representavam 17 bilhões de dólares, ou seja, o equivalente a um quarto das receitas do Estado. Que há de assombroso nisso? Entre o jogo de trapaca e o jogo da Bolsa haveria uma diferença fundamental? O tráfico de drogas não é uma verdade do comércio e uma forma de sua

liberdade? Será a prostituição outra coisa que não a extensão a mulher do princípio da exploração do homem pelo homem?

A superioridade moral do proletariado

Num regime baseado na exploração do homem pelo homem, a única maneira de respeitar a pessoa humana é combater a exploração. E não poderéis amar os homens se não odiás aqueles que os degradam e que os matam.

Para nós, comunistas, a dignidade do homem é função de sua luta real para atingir o fim sublime que Marx e Engels nos mostraram em seu Manifesto: "Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, fazer surgir uma sociedade em que o livre desenvolvimento de cada um será a condição do livre desenvolvimento de todos". Somente o socialismo cria as condições materiais e sociais de um humanismo real. Tal é nosso ideal moral. Tal é nosso objetivo.

E os meios para atingi-lo decorrem desse fim: enquanto que o capitalismo, inimigo do homem, põe necessariamente em prática meios criminosos para atingir seu fim, os comunistas, ao contrário, não podem empregar qualquer um meio. O fim: criar para as massas as condições de uma vida plenamente humana, não pode ser atingido senão pela luta das próprias massas. O ponto de vista do projeto de Thorez de nosso Congresso indica: "A instauração do socialismo não pode ser o ato de uma facção que se organize na sombra, a consequência de um "complot" ou o resultado de uma intervenção exterior que empregue a violência contra a maioria de um povo".

Para mobilizar as massas não se pode empregar senão os meios que aumentem a coesão da classe operária e de seus aliados, que exaltem a confiança no objetivo, a consciência lucida e a abnegação de cada combatente proletário. Não é possível, então, utilizar meios que desmoralizariam as massas. A moral do proletariado nasce de sua situação de classe: o valor moral do proletariado não decorre de que ele é a classe mais explorada, mais sofrida, mais de-

ENTREGUISMO E OPOSIÇÃO

RESPOSTA AO LEITOR DIRCEU CARDOSO DE ALMEIDA (DISTRITO FEDERAL)

Em sua carta, comenta o leitor a atitude assumida pela direção da UDN colocando-se em defesa do Fundo Monetário Internacional nas exigências feitas por esta entidade ao governo brasileiro como condição para aprovar a concessão de novos empréstimos ao nosso país. «Esta é uma posição tipicamente entreguista», diz o sr. Dirceu Cardoso.

Realmente, o caso criado com o rompimento pelo governo do sr. Juscelino Kubitschek, das negociações com o FMI resultou, entre outras coisas, no desmascaramento do conteúdo antifuncional da política realizada pelos dirigentes da UDN. E serviu para mostrar a todo o povo, inclusive a certos setores que se deixam impressionar pela agitação demagógica do sr. Carlos Lacerda, o verdadeiro sentido da oposição que os líderes desse partido mantêm em face do governo.

O caso do FMI, ao lado de posições anteriormente assumidas pela direção udenista como a aprovação do Plano Lucas Lopes e do voto de JK que beneficiou as empresas estrangeiras concessionárias de serviço público (reavaliação de ativos), revela que a oposição da UDN tem um limite sagrado, além do qual o partido da eterna vigilância esquece qualquer divergência e marcha de mãos dadas com o governo. Este limite — como demonstram claramente os exemplos citados — são os interesses dos monopólios imperialistas, principalmente os dos Estados Unidos. Em tais circunstâncias, os dirigentes udenistas não vacilam, por exemplo, no Parlamento, em jogar o peso dos seus votos para assegurar a vitória de iniciativas entreguistas partidas do governo. É sabido que a aprovação do voto de JK que beneficia a Light e a Bond and Share permitindo-lhes reavaliar os ativos só se tornou possível graças ao apoio que lhe deu a liderança udenista chegando ao ponto de cabalar abertamente a favor do voto.

Encontramo-nos, assim, diante desta realidade: quando se acham em jogo os interesses dos trustes imperialistas, a direção da UDN se opõe ao governo desde que este (caso do FMI) assumia uma atitude em defesa do Brasil, mas apoia decididamente o Cate sempre que o governo (Plano Lucas Lopes, reavaliação dos ativos, etc.) se coloca em posições entreguistas, contrariando os interesses nacionais.

Dai se conclui que, mais do que oposição, os líderes da UDN caracterizam a sua atuação política pela subserviência ante o imperialismo, especialmente o norte-americano. Eles são entreguistas, antes de tudo.

Naturalmente, isto não significa que sejam entreguistas todos os que acompanham a UDN. Há milhares de brasileiros, sobretudo entre a pequena-burguesia, que, embora sendo patriotas e desejando ardentemente o progresso do Brasil, se deixam enganar por certas campanhas do sr. Lacerda — às vezes, em torno de objetivos razoáveis, mas de importância secundária para a vida nacional — perdendo de vista o aspecto que abordamos nesta nota, essencial para o presente e o futuro do país: que posição assumem os dirigentes da UDN em face da luta pela independência nacional, contra a exploração a que nos submetem os monopólios imperialistas?

Exemplos como os que citamos acima não deixam margem a dúvidas: os dirigentes da UDN servem antes de tudo ao entreguismo.

que sua situação de classe e tal que ele não se pode libertar senão destruindo totalmente o capitalismo que degrada o homem. O que faz seu valor moral não é a miséria ou a infelicidade, e o combate.

Enquanto que para todas as classes dominantes, uma moral é fundada sobre a oposição entre o mundo ideal e a realidade terrestre, entre a alma e o corpo, a virtude fundamental é a resignação, para as classes oprimidas a virtude fundamental é a luta. Em cada época, a classe

ascendente, aquela que é a portadora do futuro do homem, e aquela que não o é, o mundo criador o horizonte mais vasto, ao colocar as relações de produção em correspondência com o estado das forças produtivas. Em nossa época, esta classe é a classe operária. Lutando por suas reivindicações de classe, ela luta pelo socialismo. Esta luta é a única que possibilita a cada homem de meios de ser plenamente humano, de alcançar uma auto-realização moral absoluta sobre todas as outras classes.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO (XX)

O objetivo da Associação Internacional dos Trabalhadores (Internacional) era fundir em um enorme exército todos os elementos ativos da classe operária da Europa e da América. Tinha que ter um programa que não fosse a porta às trade-unions burguesas, aos tradicionalistas franceses, belgas, italianos e espanhóis e aos lassalistas alemães (Engels, no prefácio de 1890 ao Manifesto do Partido Comunista). A Liga dos Comunistas, deixara há muito de existir, liquidada pelos golpes da reação e em seu lugar devia surgir uma organização internacional com características novas, adequadas à nova situação dos diferentes movimentos operários nacionais, uma organização legal capaz de unir esses movimentos, de assegurar sua unidade de ação e de elevar o conjunto do movimento operário internacional a um nível mais elevado, através da luta política. Para Marx e Engels e seus companheiros, comunistas era necessário, ao enfrentar esse problema, ter em conta a situação real do movimento, política, social, no mesmo tempo, sacrificar os princípios fundacionais da luta revolucionária proletária.

O Comitê eleito para redigir os Estatutos era composto de 50 membros des-

taçados do movimento operário inglês, francês, alemão, italiano, suíço e polonês. A 5 de outubro de 1864 o Comitê adotou o nome de Conselho Geral e designou de entre os seus componentes uma Comissão para redigir os documentos fundamentais da nova organização: o Manifesto de Fundação e os Estatutos. Marx, membro permanente do Conselho, foi eleito com atividade na sede do Conselho, instalada em Londres, foi eleito para a Comissão de redação, mas estava doente quando da primeira reunião desta. Os projetos preliminares dos dois documentos então elaborados eram muito pobres, tinham muitos erros. Marx nada disse, mas conseguiu que a Comissão o incumbisse de revê-los. De fato, retomou os trabalhos. Foi muito difícil familiarizar a coisa de modo que nossos conceitos aperfeiçoassem de maneira aceitável do ponto de vista atual do movimento operário. Levava muito tempo até que o movimento, renovado, permitia a antiga audácia de linguagem — escrevia Marx a Engels, a 4 de novembro de 1864.

Os dois projetos de Marx foram unanimemente aprovados pelo Conselho Geral. No Manifesto de Fundação, Marx fez um programa simples e vigoroso,

OS DOIS DOCUMENTOS BÁSICOS DA I INTERNACIONAL

de colorido e de extraordinária força de convicção, um balanço do desenvolvimento do capitalismo, do enriquecimento inaudito da burguesia e da miséria cada vez maior do proletariado, de 1848 a 1864, mostrando o inevitável aguçamento da luta de classes que acompanha o avanço do capitalismo. Apoiando-se neste balanço, na evolução coletiva do movimento operário, chega às seguintes conclusões essenciais: conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária... Um elemento de êxito os operários possuem — o número — mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento. Sem esse laço de fraternidade entre os operários dos diferentes países, sem que se mantinham firmemente unidos em todas as suas lutas pela emancipação, o resultado será o malogro comum de seus esforços isolados. Por isso é fundada a Internacional. Os trabalhadores devem lutar contra a política externa burguesa de

guerras de saque, de opressão dos povos, por uma política externa de intervenção mútua entre as nações segundo



as leis simples da moral e da justiça. A paz era assim proclamada como princípio de política internacional da classe operária. O documento termina com a imortal palavra de ordem do socialismo científico: **Proletários de todos os países, uni-vos!**

O Manifesto de Fundação da I Internacional foi o documento programático mais importante do proletariado revolucionário vindo à luz depois do Manifesto do Partido Comunista. Ele se completa com as palavras de introdução aos Estatutos Provisórios, também elaborados por Marx: a emancipação das classes trabalhadoras deve ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras, que lutam não pela criação de novos privilégios mas pela eliminação de todo domínio de classe.

A fonte da servidão, da miséria da degradação intelectual e da dependência política na vida social é a situação econômica do trabalhador aos monopólios dos meios de trabalho. Portanto, todo movi-

mento político deve ser um meio para atingir o objetivo primordial da emancipação econômica das classes trabalhadoras. Essa emancipação não é um problema local ou nacional, mas sim um problema social, que abrange todos os países onde existe a sociedade moderna (isto é, a sociedade capitalista) e cuja solução depende do apoio prático e teórico dos países mais avançados. Por isso, funda-se a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Os Estatutos Provisórios da I Internacional são extremamente simples, contendo apenas 13 artigos. O objetivo da Associação é estabelecer um centro de relações e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países voltadas para o mesmo objetivo, isto é, a proteção, o progresso e a completa emancipação da classe operária (art. 1º). O órgão supremo da Associação era o Congresso Geral Operário, a realizá-lo anualmente. Ele elegia um Conselho Geral, cujos fins e atribuições são expressamente definidas. Essencialmente um órgão internacional de ligação entre os diferentes grupos nacionais e locais da Associação, a fim de que os operários de cada país possam estar constantes-

mente informados sobre o movimento de sua classe nos demais países (art. 6º). O Conselho devia prestar contas de sua atividade ante o Congresso, mediante relatório público. De entre os seus membros devia eleger os elementos necessários para o cumprimento de suas funções, tais como um tesoureiro, um secretário-geral, secretários e correspondentes para o contato com os diferentes países, etc.). A Associação aceitava adesões coletivas e individuais e seus Estatutos mostram a importância de que as sociedades operárias locais se unam em organizações nacionais, representadas por órgãos centrais de caráter nacional. Ficava reservado, entretanto, a cada sociedade operária manter sua própria organização ao ingressar na Internacional. Para ser admitido nesta bastava concordar com os seus princípios e defendê-los.

Apesar do seu caráter extremamente amplo de partido político operário largo de massas, não é difícil reconhecer que a I Internacional tinha os seus Estatutos fundamentados no princípio de organização proletária do centralismo democrático, que seria mais tarde desenvolvido teoricamente e praticamente por Lenin.

Irmã De Vanzetti Escreve à Espôsa De Sobell

Helen Sobell, espôsa de Morton Sobell, atualmente cumprindo a pena de 30 anos de reclusão a que foi condenada no mesmo processo em que foram condenados à morte Ethel e Julius Rosenberg, recebeu de Vicentina Vanzetti, irmã de Bartolomeu Vanzetti, a carta que abaixo transcrevemos, enviada da pequena cidade italiana onde vive:

Villafalletto, 7 de Junho de 1959.

"Querida Bra. Morton Sobell,

A demora com que respondo a sua sentida carta de 29 de abril foi motivada pela dificuldade com que me defrontei para encontrar um tradutor. Por favor, desculpe-me. Queria agradecer-lhe, antes de mais nada as palavras de estímulo em relação aos esforços ora empreendidos pela reabilitação da memória de meu irmão e de Nicola Sacco.

Não tenho nenhuma outra aspiração, nenhum outro pensamento. Sei por experiência própria quão profunda é a sua dor motivada pelo terrível destino que se feriu seu espôso e sua família. O seu grito, já antes proferido pela avó do anarquista judeu — "Conhece você dor maior que a minha!" — é um grito profundamente humano. Sinto-me fundamentalmente unida a você embora não seja possível de forma considerável aliviar o seu sofrimento, de seus filhos e de sua mãe.

Se minha débil voz tivesse o poder de comover o coração dos Impiedosos, torná-los justos e serenos em seu inexorável veredicto, clamaria até o meu último alento: "sede justos, compadecei-vos!" Não vos deixei governar por paixões, pelo ódio, pelos interesses, temores ou vão orgulho. Deixei que as vossas ações sejam tais que a Justiça se desdobre como azul e tranqüilo céu sem nuvens, de forma a que a humanidade possa conservar a sua fé em si mesma. Cuidai em

1.º Festival de Música Popular Brasileira

O Grémio Recreativo Educação e Cultura, em prosseguimento à difusão da música popular brasileira, fará realizar hoje, no Auditório do Ministério da Educação e Cultura, o I FESTIVAL DA MÚSICA POPULAR E FOLCLÓRICA.

Este festival contará com a colaboração de diversos artistas amadores e profissionais, de grupos e Escolas de Samba e Frevo, tais como Altamiro Carrilho, Valdemar Henrique, Jeanne D'Arc Bagueira, Leal Martins Sampaio, Nísia Jovita, "Poeta Voador", Maria Helena Raposo, Escola de Samba Acadêmicos do Selgueiro, Grupo Carna valesco Lenhadores, Grupo Afro-brasileiro e muitos outros, cuja presença será uma demonstração de pujança na valorização de uma arte que bem expressa o sentimentalismo da gente do Brasil.

Com o 1º Festival de Música Brasileira, dentro do seu Ciclo de Recitais, o Departamento Artístico do GREC tenta instituir um órgão de educação musical, numa ordem crescente, para poder alcançar o terreno da música erudita, dentro de um caráter acessível à educação do povo.

«ESOPO» NA CHINA

A agência chinesa Sínhuá informou que dentro em pouco será levada à cena em Pequim a peça do teatrólogo brasileiro Guilherme Figueredo "Esopo". Será esta a primeira peça de autor brasileiro representada na China.

A escritora brasileira Eneida (de Moraes), que se encontra em visita à República Popular da China, declarou à Sínhuá que não tem dúvidas quanto ao sucesso de "Esopo" entre o público chinês. Acrescentou que de certo o povo brasileiro demonstrará interesse em ver um de seus melhores autores contemporâneos dado a conhecer aos chineses por artistas chineses.



VANZETTI

alma. Possam os Estados Unidos, os ricos e os poderosos, dar um exemplo de magnanimidade e justiça, que são privilégios dos fortes.

Lamento as limitações de minha capacidade de expressar-me. Lembre-me sempre, pois não a esqueceréi jamais, e à sua querida família.

Sou sua dedicada (as.) Vicentina Vanzetti.

P. S. — Pelos anexos de sua carta, que me foram traduzidos, tomei conhecimento da penosa situação de seu espôso. Contudo, o fato de que alguma consideração lhe foi dispensada e a autorização para a sua aproximação dele levam-nos a esperar pelo melhor. Coragem!"



VÊNUS EM NOVO MATERIAL

A Exposição dos progressos econômicos da URSS, aberta recentemente em Moscou (mais de 200 hectares de área) apresenta esta cópia de Vênus de Milo. Não é mármore e sim vidro químico e polistireno, combinação extremamente semelhante ao mármore só na sua aparência. Até mesmo uma inspeção acurada pode enganar à vista, de tal forma o novo material é semelhante ao mármore.



ARAGON ao lado do secretário-geral do Partido Comunista Francis Maurice Thorez, numa recente assembléia de jovens que desejavam com o autor de "A Semana Santa" discutir o seu novo romance.

A Revolução Constitucionalista de São Paulo

Num grande romance de AFONSO SCHMIDT — o novo lançamento da Edições Zumbi,

A LOCOMOTIVA

... é uma audaciosa incursão nos turbulentos sucessos da revolução de 32 de São Paulo, quando a nossa mocidade foi arrastada a uma luta fratricida e desigual. Trata-se, portanto, de uma obra de primordial importância no panorama da ficção nacional, não somente pela incontida força que emana de suas páginas, mas porque cantará fundo na consciência dos brasileiros.

PEÇA-O HOJE MESMO PELO REEMBOLSO POSTAL — Preço Cr\$ 120,00

Livraria das Bandeiras — Rua Riachuelo, 342 — Loja 2 — São Paulo



No Japão, Passepartout (Cantinflas) mete-se numa curiosa aventura, terminando num circo onde é encontrado por Mr. Fogg (David Niven) e a Indiana Aouda (Shirley Maclaine)

A VOLTA AO MUNDO EM 80 DIAS

FINALMENTE, com três anos de atraso, o carcaça pode agora assistir a A Volta ao Mundo em 80 Dias o espetaculoso filme produzido por Michael Todd, falecido há cerca de um ano. Todd idealizou transformar o romance de Júlio Verne num colossal divertimento, utilizando para isto o processo panorâmico Todd-Ao. As despesas impostas pela enorme tela concava do Todd-Ao confinaram-no a uns poucos cinemas nos Estados Unidos, sendo feitas cópias em cinemascópio para exibição em outras partes. Assim mesmo, foram especificadas dimensões mínimas para o «écran» panorâmico e obrigatoriedade de instalação sonora estereofônica objetivando resguardar o efeito de participação do espectador através da grandiosidade das imagens e integração auditiva.

Michael Todd desejava fazer um espetáculo grandioso e divertido, conseguiu-o graças aos novos progressos técnicos de fotografia e sonorização. A Volta ao Mundo em 80 Dias não fosse o uso dos recursos oferecidos pela tela larga e multiplicidade das pistas sonoras perderia muito do atrativo que possui como «show» colossal que é. Essencialmente concebido como divertimento luxuoso, apoiou-se publicitariamente na presença meteórica de astros consagrados como: Marlene Dietrich, Frank Sinatra, Charles Boyer, Martine Carol, Fernandel, Buster Keaton, Joe Brown (o conhecido «Boça Larga»), Charles Coburn, George Raft, Red Skelton, Peter Lorre, John Mills e outros.

Do livro de Júlio Verne os roteiristas conservaram os episódios mais característicos, eliminando muita

coisa e acrescentando outras como o episódio espanhol. Da obra literária salvou-se o encanto da aventura pioneira com seus múltiplos imprevistos, desaparecendo o descritivo e o detalhe tão peculiares aos livros de Júlio Verne. Procurou-se compensar os cortes com as imagens dando a correspondência visual, impressionando pela vastidão da fotografia de exteriores, pela paisagem variada a abrir-se diante dos olhos surpresos, numa corrida ao redor do globo. Particularmente feliz a escolha de David Niven e Cantinflas para intérpretes dos famosos personagens da novela — o britânico Phileas Fogg e seu criado Passepartout.

O diretor Michael Anderson soube conduzir os atores com a sinceridade e correção necessárias obtendo do cômico Cantinflas um magnífico desempenho. Também a idéia de apresentar fragmentos da Viagem à Lua de Georges Méliès (1902) o genial realizador dos primórdios do cinema e que primeiro adaptou Júlio Verne é das melhores. Eneanta como curiosidade histórica, serve como padrão para medir o progresso da técnica em pouco mais de 50 anos. É um verdadeiro «achado» ao qual o público não fica insensível. Das dimensões do filme padrão passa-se para a vastidão da tela larga, o colorido substitui o preto-e-branco, ao «décor» rudimentar segue-se a cenografia luxuosa, o modesto acompanhamento pianístico apaga-se diante do variado mundo dos sons (palavra, ruídos e música).

A Volta ao Mundo em 80 Dias agrada pelo que tem como fator de entretenimento e pela sua cuidada realização, como espetáculo colossal. Fora disto não se

pode cogitar de sua importância como filme de elevadas ambições estéticas. De seu gigantesco elenco, além dos citados Niven e Cantinflas aparecem os coadjuvantes Robert Newton (inspetor Fix) e Shirley Maclaine (Aouda).

Há no filme o humor caricatural que não poupa os exageros do conservadorismo inglês, nem os hábitos desabusados dos lanques, nem as variações dos costumes através dos países visitados. Até mesmo o cinema, com seus galopes de índios atacando trens, é gozado nesta movimentada viagem de nossos heróis. O bom-gosto presidiu a tudo e o fim desejado foi alcançado — A Volta ao Mundo em 80 Dias é um entretenimento agradável do princípio ao fim. Lamentamos, porém, que o elevado preço cobrado pelo cinema lançador (Cr\$ 100,00) impossibilita, temporariamente, a visão da fita para o grande público. Mais cedo ou mais tarde a película chegará aos cinemas de bairro e do interior, é uma questão de tempo.

Dia 16 — Vive-se uma só vez — de Fritz Lang.

Dia 23 — Anjo — de Ernst Lubitsch.

Dia 30 — Cantando na Chuva — de Stanley Donen e Gene Kelly.

As sessões serão realizadas às 18,30 horas no auditório da ABI. Informações no local.

«Machado de Assis»

LIVRO DE ASTROJILDO PEREIRA

1 volume de ensaios e apontamentos sobre o grande escritor brasileiro, com 280 págs.

A VENDA NA LIVRARIA DA

Editorial Vitória.

Rua Juan Pablo Duarte n. 50 (sob.) RIO DE JANEIRO

CINECLUBISMO

Programação do Grupo de Estudos Cinematográficos da UME para o mês de julho:

«A SEMANA SANTA»

90 EDIÇÕES EM MENOS DE UM ANO

"A Semana Santa", o novo romance de Louis Aragon, é um dos mais espetaculares sucessos de livreria da França em todos os tempos. Publicada a primeira edição em outubro do ano passado, transcorridos pouco mais de 8 meses está com 90 edições! É um recorde talvez no mundo.

O romance de Aragon foi objeto de atenção por parte de todos os críticos burgueses da França.

"A Semana Santa" já está traduzido para várias línguas, em diferentes países.

"A Semana Santa", em fevereiro deste ano, foi objeto de longa apreciação na revista soviética "Kommunist" (n.º 3). "Um grande acontecimento na literatura progressista estrangeira" — intitulou-se o artigo de "Kommunist". "A repercussão favorável despertada por este romance — diz-se no artigo

— é uma prova do importante papel por ele desempenhado na luta litero-social da atualidade. As forças progressistas consideram o romance de Aragon como um importante acontecimento da cultura nacional, considerando-o como uma ata de acusação política e social, uma obra de educação do sentimento nacional. O romance do escritor comunista não pôde ser silenciado pelos críticos burgueses".

Concluindo, escreve "Kommunist":

"O romance de Aragon "A Semana Santa"... enriquece a tradição do romance social francês. O êxito de Aragon é mais uma vitória da arte do realismo progressista, de seus princípios ideológicos artísticos, que de devam ao artista ilimitadas e inesgotáveis possibilidades plásticas, qualquer que seja o gênero onde ele atue".



CONGRESSO DE CULTURA SOCIALISTA

De 8 a 11 de junho, realizou-se em Praga um Congresso de Cultura Socialista. A ele compareceram mais de 3.000 delegados tchecoslovacos, além de convidados estrangeiros da França, Alemanha Oriental e Ocidental, URSS, EE.UU., Viet-Nam, Coreia, Mongólia, Índia, Bulgária, Romênia, Hungria, Albânia, Polónia, Brasil. Dos Estados Unidos estavam presentes Paul Robeson, que cantou no encerramento do Congresso, sendo delirantemente aplaudido; o escritor Arthur Kahn («A Grande Conspiração») e o compositor Earl Robinson. A delegação soviética era altamente representativa, figurando entre seus membros o Ministro da Cultura, Mikhailov, o compositor Chostakóvitch e o escritor Sôboliev (presidente da União dos Escritores Soviéticos). Do Brasil se encontravam presentes Moacir Warneck e o jornalista Nator de Holanda. Em crônica de «Diário Carioca» (28-VI) lê-se último escreve: «Não houve num só instante, qualquer inclinação de caráter político ou doutrinário, durante os dias de debate. Dêles participaram escritores e artistas de todas as formações políticas, em perfeita harmonia». O Congresso de Cultura promovido pelos tchecoslovacos foi também um importante balanço nas realizações culturais efetuadas no país depois da guerra. Na foto, o grande artista norte-americano Paul Robeson, no Congresso de Praga.

BOND AND SHARE PROVOCA CRISE NO GOVÊRNO BAIANO



PRETENDERAM OS AMERICANOS ANIQUILAR NOSSA TRITICULTURA

(Conclusão da 6.ª página)

SALVADOR (De Cones. Pontente) Colocado na ordem do dia pelo ato do governador Leonel Brizola, ao encampar a subsidiária da Bond and Share concessionária dos serviços de energia elétrica na Capital baiana, a problema da energia elétrica vem mobilizando as atenções de opinião pública e das forças políticas também na Bahia. Já agora, inclusive, ameaça criar a primeira crise no governo Juracy Magalhães, com a divergência de opiniões, no seu próprio Secretariado, em relação à Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB), também subsidiária na Bahia, tanto Bond and Share, a concessionária da distribuição de energia elétrica na capital baiana.

Juracy e Aliomar Baleeiro querem favorecer o truste — Vieira de Melo e Rômulo de Almeida defendem a COELBA (empresa estatal)

Desmascarando a CEEB

Ainda na Assembleia Legislativa, o deputado Heronimo Dourado (PTN) iniciou uma série de discursos desmascarando, implacavelmente, a CEEB. O sr. Heronimo Dourado já foi funcionário da CEEB, tendo sido ilegalmente demitido usando na condição de presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica da Bahia, assinou um manifesto de líderes sindicais, pedindo a encampação da empresa. Em seus discursos, após analisar todo o processo de organização da CEEB, o sr. Heronimo Dourado mostrou a chantagem da contabilidade da empresa, denunciou as tarifas excessivas e a sabotagem praticada contra o desenvolvimento industrial do Estado.

Também o deputado Henrique Lima Santos falando em nome de Frente Parlamentar Nacionalista, que já reúne mais de 10 deputados estaduais, em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa, repunha a posição da FPN quanto à extinção da CEEB. Declarou ainda que, como a encampação da CEEB exige uma série de providências preliminares, a Frente Nacionalista estabeleceu como objetivo imediato a forte atuação e desenvolvimento da COELBA (Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia), empresa de economia mista, organizada na administração Antônio Balbino para distribuição da energia de Paulo Afonso, independente da CEEB.

Novos pronunciamentos surgiram quando a CEEB, tentando iludir a opinião pública, fez publicar seu balanço referente ao exercício de 1958, em que se apresentou como empresa deficitária, serviços no Município, independentemente daquela empresa estrangeira.

Os deputados Heronimo Dourado e Raimundo Reis (PSD) desfaz a farsa, mostrando que a CEEB utiliza o mesmo processo revelado pela Comissão de Tombamento da CEEBRS, isto é, a renúncia ilegal de lucros a título de pagamento de juros de empréstimos feitos por sua própria matriz, a American Power.

CEEB e COELBA

Ante a onda de denúncias e acusações contra a CEEB, o governador Juracy Magalhães realinou posições anteriores e já conhecidas, declarando-se publicamente contrário à encampação desta empresa. Entretanto uma série de ameaças desmentiram-se em seu governo, face à necessidade de definições favoráveis à CEEB ou à COELBA.

A Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia (COELBA) foi criada pelo governo Antônio Balbino, como sociedade de economia mista embora com predominância de capitais do Estado, para assegurar a distribuição direta da energia de Paulo Afonso. De um programa de 5 sistemas elétricos, os sistemas Leste e Nordeste do Interior já estão em pleno funcionamento, os demais em fase de projeto ou em construção, beneficiando mais de 30 localidades do Estado. Em cerca de um ano e meio, realizaram-se investimentos de 120 milhões de cruzeiros superiores aos feitos pela CEEB em dez anos. Mais ainda, comprando energia à CEEB a \$140 o kw (energia termelétrica, da usina de Cotegine), as tarifas cobradas pela COELBA são inferiores à da CEEB, que compra energia a apenas 0,70 o kw (hidrelétrica da usina de Paulo Afonso).

Por isso mesmo, a COELBA vem merecendo a preferência de numerosos municípios do Interior. Ainda recentemente, a Prefeitura de Je-

qui firmou convênio com o Departamento de Eletricidade do Estado para distribuição de energia, concessão que será transferida à COELBA, logo que sua estruturação legal seja completada. O Secretário da Viação, sr. Tarcila Vieira de Melo, realizou uma reunião com os prefeitos de todos os municípios do Recôncavo baiano, na qual foi firmado a opinião de que, na concessão dos serviços de eletricidade, deveria ser dada toda a preferência à COELBA. Posteriormente estes mesmos prefeitos, juntamente com o sr. Vieira de Melo, estiveram com o governador Juracy Magalhães. Também uma comissão das classes conservadoras esteve com o governador do Estado, comprometendo-se a participar financeiramente no capital da COELBA.

O problema de Cruz das Almas

O problema tornou-se mais grave com o debate em torno da concessão no município de Cruz das Almas. A CEEB, durante todos estes anos, desistiu-se de ampliar suas instalações, sendo diretamente responsável pelo pouco aproveitamento da energia de Paulo Afonso na Bahia. Ante o exemplo do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, entretanto, e o desenvolvimento da COELBA para impedir a expansão desta empresa e também para dificultar sua encampação a subsidiária da Bond and Share na Bahia está manobrando no sentido de conseguir as concessões em diversos municípios do Interior. Tanto a CEEB como a COELBA solicitaram da Divisão de Água e Energia do Ministério de Agricultura, a concessão do serviço de energia elétrica em Cruz das Almas. Para a COELBA, esta concessão é particularmente importante pois, por sua localização, Cruz das Almas

ocupa uma posição-chave de toda a sistema elétrico, que abrange ainda os municípios de Castro Alves, S. Felice, S. Antônio de Jesus, Nazaré, Sapucaia, Conceição do Almeida, Aratupe e Jacuipeté. O Conselho de Água e Energia ainda não aprovou decisão definitiva; entretanto, seu parecer a respeito acusa frontalmente a CEEB, afirmando não ser motivo para atender sua pretensão, desde quando esta empresa aumente seu acapou em aumentar suas instalações, e se não estando agora aproveitando da energia produzida pela CEEB depois de todos estes anos em que se descurou de suas obrigações contratuais.

Crise Governamental

Contra a própria vontade do Conselho de Água e Energia, entretanto, o governador Juracy Magalhães, e seu Secretário da Fazenda, sr. Aliomar Baleeiro pretendem desistir do pedido de concessão feito pelo Estado para Cruz das Almas, favorecendo assim a CEEB. O problema foi debatido em três reuniões sucessivas do Secretariado do governo, sem que se chegasse a uma solução, devido à firme oposição dos srs. Tarcila Vieira de Melo, Secretário da Viação, e Rômulo de Almeida, Secretário de Fazenda e presidente da CPE. O sr. Vieira de Melo teria declarado, mesmo, que renunciasse ao governo não prestasse a COELBA favorecendo a CEEB. Embora ausente na ocasião, sabe-se que também o Secretário da Agricultura, deputado Lafayette Coutinho, apoia firmemente a COELBA e utiliza uma política mais firme contra a exploração da empresa americana CEEB.

A questão já está agitando a opinião pública, tudo indicando que dificilmente os srs. Juracy Magalhães e Aliomar Baleeiro poderão levar a cabo seus propósitos, face à resistência que já encontram dentro do próprio governo baiano. A Bahia não poderia deixar de se colocar na mesma posição reativa do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

ência cruzeiro-dólar no longo de 40 anos, foi necessário garantir a recomposição da relação cruzeiros aplicável à transição original (relatório citado). Trocando isso em métodos: a conversão inicial das primeiras partidas recebidas há mais ou menos um ano e meio foi de Cr\$ 67,00 por dólar; no relatório não consta qual o dólar a ser considerado para a recomposição da relação cruzeiros, se o dólar-custo (aplicado no momento desse período), o dólar-fiscal ou o livre. Em qualquer dos casos, houve uma grande desvalorização do cruzeiro, que já estava onerando, nesta altura, de maneira considerável, o custo original do trigo.

O que será daqui a dois anos, quando forem iniciadas as amortizações, isso sem cogitar dos últimos pagamentos, há por 1963? A cláusula da recomposição da relação cruzeiro-dólar anula, assim, por completo, a vantagem da compra a prazo.

Vejamos, ainda, a apregoada concessão de pagamento em cruzeiros. Incidentalmente, logo do recebimento do trigo são entregues em cruzeiros, à Embaixada Americana, 15% do valor do mesmo, para suas despesas de custeio. Normalmente, para fazer frente a essas despesas, a Embaixada recebe dólares, que aqui converte em cruzeiros. Com o Acôrdio, deixamos de entrar esses dólares, anulando, pelo menos no referente aos 15%, a vantagem da economia de dólares na importação do trigo. Restam 85%. Que fazem os americanos com os cruzeiros que não recebem no longo de 40 anos? Levá-los ao para do EE, UF, ou convertê-los aqui em dólares, remetendo esse para o exterior? É evidente. Poderão ainda utilizar esses cruzeiros para compra de produtos brasileiros pelo subfaturamento de ações de firmas nacionais ou de terras no Amazonas, ou ainda gastá-los em turismo aqui no Brasil, economizando os dólares normalmente usados nessas operações. A grande vantagem fica reduzida a um melancólico empate. Não economizamos os dólares, pagando-os em cruzeiros. Isso no primeiro tempo; no segundo tempo, eles economizam os dólares, devolvendo nossos cruzeirinhos, 1X1, escote clássico.

Essa a situação da triticultura nacional em início do ano passado. A confusão era total. Enquanto o trigo nacional chegava a acumular nas zonas de produção, os portos do centro e norte eram atulhados do trigo americano (houve ocasião que não menos de 42 navios americanos estiveram atracados e fundeados ao largo do porto de Santos). O Banco do Brasil, face ao prejuízo que tivera em consequência da substituição, dentro do esquema de abastecimento do mercado nacional, do trigo argentino pelo americano (mais caro), prejuízo esse superior a 1 bilhão de cruzeiros, não mais queria encarregar-se da aquisição da safra nacional. Em reunião da diretoria do Banco do Brasil, chegou a ser aventada a hipótese de não mais ser financiada a lavra de trigo.

Parcela selada, pela primeira vez, a sorte do trigo nacional. O Rio Grande, porém, levantou-se em defesa da principal riqueza de seus campos. Uma impressionante campanha, da qual participaram todas as forças vivas do Estado — produtores, sindicatos operários, entidades estudantis, partidos políticos e imprensa — teve início. Os delegados eleitos pelo VII Congresso Nacional de Triticultura, realizado em Passo Fundo, conseguiram ganhar para a causa do trigo nacional importantes setores na capital federal. A Confederação Rural Brasileira, a Frente Parlamentar Nacionalista, a União Nacional dos Estudantes, os Sindicatos e o Clube Militar passaram a apoiar nosso movimento.

Tudo esse movimento, que virou até uma greve total no Rio Grande, culminou com uma mudança de orientação do governo federal. Pressionado por todos os lados, o governo reduziu ao mínimo as importações de trigo: Rio e São Paulo chegaram a ficar com a farinha nacional por mais de quinze dias, mas o trigo nacional foi comprado até o último saca.

Os trabalhadores e o povo lutam contra a carestia, exigindo dos diversos órgãos do poder público medidas de contenção dos preços. Embora procurando atenuar as consequências da carestia com a luta pela elevação dos salários, os trabalhadores e o povo sabem que o governo deve tomar medidas para impedir a onda permanente e avassaladora de alta de preços. Daí as exigências crescentes, através de numerosas passeatas, concentrações, greves, etc., visando forçar o governo a tomar medidas contra a carestia. Em algumas oportunidades, em consequência dessas lutas, órgãos do poder chegaram a tomar algumas medidas parciais, seja tabelando gêneros essenciais, seja tomando uma ou outra providência para o abastecimento do mercado.

UM LEMBRETE AO SR. BORBA

Em seu artigo de domingo último ("Diário de Notícias"), o sr. Osório Borba comenta a posição dos membros do Partido Socialista Brasileiro no seu partido, do qual é um dos chefes nacionais, ante as candidaturas Lott e Jairo. O sr. Borba critica a posição da seção regional do PSB no DF "recomendando" o nome de Lott à presidência da República. E diz: "Não esclarece se esta com Jairo Quadros. Mas, depois de carpir maguas, lança-se contra os comunistas, que nada têm a ver com a decisão da seção regional do PSB."

E afirma uma inverdade: que os comunistas "sempre preferem votar em lunares e flores da democracia estado-novista, como Lutero Vargas e Quirino".

Os comunistas, lembremos ao sr. Borba, jamais votaram em algum candidato por ser estado-novista. Tem apoiado candidaturas de quaisquer partidos, que assumam determinados compromissos perante o povo. Assim votaram no sr. Lúcio Vargas para senador pelo DF. Votaram em Domingos Veloso para deputado pelo Estado do Rio. E sufragaram o nome do sr. Osório Borba para governador de Pernambuco, dando-lhe uma votação maciça. Se o sr. Borba não foi eleito a culpa não cabe aos comunistas, que agiram para com ele com toda a lealdade. E não nos consta que o sr. Borba tenha sido estado-novista.

Na situação atual do nosso país, a batalha contra a carestia assume cada vez maior importância. E que precisamente nesse terreno se reflete de maneira particularmente aguda a contradição principal dos nossos dias, a contradição, entre a nação brasileira, de um lado e os exploradores imperialistas norte-americanos e seus agentes internos, do outro. Vivendo a realidade da exploração do nosso povo, o imperialismo norte-americano recorre cada vez mais a medidas no terreno econômico e financeiro que agravam as condições de vida em nosso país. Para o funcionamento e manutenção das bombas de guerra que aqui instalamos com a finalidade específica de criar para vastas áreas grandes lucros, juro e royalties, os monopólios norte-americanos impõem direta e indiretamente medidas que visam paralisar o desenvolvimento econômico do país e aumentar a carestia de vida.

5 DE JULHO HOMENAGEM A SIQUEIRA CAMPOS

Com o propósito de homenagear o grande escritor brasileiro Siqueira Campos, o Partido Comunista Brasileiro realizou, no dia 5 de julho, uma sessão pública de leitura e discussão de sua obra. O evento foi realizado no auditório do Centro Cultural de São Paulo, com a presença de numerosos intelectuais e estudantes. O sr. Siqueira Campos foi homenageado com uma leitura de sua obra "O Brasil e a Revolução Socialista".

São Paulo Mobiliza-se Para a Convenção Contra a Carestia

RAMIRO LUCHESI

Os trabalhadores e o povo de São Paulo, que sentem na própria carne os efeitos da carestia, vêm desde há muito lutando contra ela. Seja visando neutralizar seus efeitos mais nocivos no referente ao orçamento doméstico, através da luta por aumento de salários, seja buscando diretamente pela contenção dos preços, seja lutando contra as causas mais profundas e imediatas da onda de preços altos, seja exigindo a modificação da política econômica e financeira do governo federal e a demissão dos homens mais compromissados com essa política — o povo paulista vem travando uma batalha contra a carestia.

Nesta luta, os trabalhadores e o povo se organizam e se articulam. No seu processo forja-se e amplia-se uma ampla frente comum de diversas classes e camadas; e juntamente com a luta geral do nosso povo, tem alcançado vitórias importantes, como a resistência que o governo de JK está opondo à aplicação total das diretrizes do Fundo Monetário Internacional.

Essas vitórias decorrem da compreensão crescente da parte das massas operárias e populares, bem como de setores cada vez maiores da indústria, do comércio e fazendeiros, de que a sua dificuldade de alguns provedores, ante de tudo da política econômica e financeira aplicada pelo governo federal, em consonância com as exigências do FMI, que aqui tomaram a forma do Plano de Estabilização Mone-

laria, de autoria dos srs. Lucas Lopes, Roberto Campos e companhia. Cedendo a tais exigências, o governo do sr. Juscelino Kubitschek concordou com sucessivas modificações de nossa política cambial e estabeleceu a ganância dos trustes norte-americanos. Desde os privilégios obtidos graças às facilidades das firmas norte-americanas para se estabelecerem no Brasil, a entrega de Fernando de Noronha, a liquidação do monopólio de importação de borracha, até as facilidades para as exportações de lucros, juros, royalties, etc., existe toda uma política anticriativa que prejudica os trabalhadores, o comércio, a indústria e a lavoura. De outro lado, a limitação de nos o mercado externo, do qual estão excluídas a União Soviética e a China, constitui um dos mais sérios entraves ao desenvolvimento da nossa economia.

O fato de, nos últimos quatro anos, o balanço de pagamentos do Brasil ter um déficit de 920 milhões de dólares, indica claramente para as massas, onde residem as causas do nosso empobrecimento, da carestia. Essa informação, divulgada pelos próprios boletins da SUMOC e comentada no Parlamento não em evidência a maneira como é sugerido pelos trustes norte-americanos, o custo do trabalho dos brasileiros.

Tais fatos têm levado não apenas as organizações operárias, estudantis e populares a protestarem contra essa política do governo, como também representantes de industriais,

comerciantes e lavradores. Repetidas vezes a Federação das Indústrias manifestou-se contra a portaria 113 da SUMOC e, em recente discurso, o seu presidente, sr. Antônio Devissate, denunciou também os efeitos altamente negativos para a economia nacional da política seguida pelo sr. Lucas Lopes, o Sindicato de Industriais de Autopeças teve manifestação semelhante, enquanto as organizações do comércio e da agricultura têm tomado posição, repetidas vezes, a favor do estabelecimento de relações com todos os países.

Ao mesmo tempo que procura responsabilizar o governo federal por esta situação, o governador Carvalho Pinto aplica uma política que mais agrava as condições de vida do povo paulista, pois sobre ele procura atirar todas as dificuldades. Foi essa política preconizada pelo sr. Carvalho Pinto e apoiada vigorosamente pelo sr. Jânio Quadros, que levou ao aumento do imposto de vendas e consignações — aumento que, ao qual a arrecadação desse tributo vai ultrapassar o dobro do que no período de 24 bilhões em 1958 atingirá 52 bilhões de cruzeiros em 1959. Além disso, o governo estadual autorizou o aumento das tarifas da Cia. Paulista de Estrada de Ferro de 8%; autorizou o aumento da taxa de telefonemas interurbanos, de 63%; autorizou o aumento das tarifas de energia elétrica e

pretende ainda beneficiar a Light invertendo quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros na produção de energia elétrica distribuída pelo truste. E preciso ter em conta ainda que esse mesmo governo do sr. Carvalho Pinto concordou com o racionamento da energia elétrica, com graves prejuízos para o parque manufatureiro paulista, e de maneira particular, para os trabalhadores.

Para aplicar essa política de carestia, não tem vacilado o governo do sr. Carvalho Pinto em lançar mão da violência contra os trabalhadores e contra o povo. Foi exatamente isso que vimos quando da greve dos ferroviários da Cia. Paulista.

A Fôrça Pública foi atirada contra os trabalhadores, como em Jundiá, Itapirica, etc., chegando até a espancar o deputado Harry Normanton; e, mais recentemente, mandando espancar a população do subúrbio de Cajeiros, em luta contra o escorchante aumento de tarifas das passagens suburbanas na Estrada de Ferro Santos a Jundiá.

Ao lado dessas medidas antipopulares e numa tentativa de dar cobertura para elas, o sr. Carvalho Pinto manda trombetear sua decisão de realizar uma reforma agrária. Mas, em que consiste até agora essa reforma agrária? Seria ela efetivamente capaz de contribuir para o incentivo da produção e para alargar o mercado interno? Tanto quanto sabemos até hoje, ela se limita a um projeto de lei estabelecendo: primeiro, a isenção do im-

A MÚSICA BRASILEIRA PERCORRERÁ A EUROPA

A 26 do corrente será iniciado, no grande Estádio Central de Viena, o VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes Pela Paz e a Amizade. Participarão das programações culturais, artísticas e desportivas cerca de 20.000 jovens de 100 países. O Brasil estará presente com expressiva delegação de mais de 200 jovens e moças de todos os Estados e representando todos os setores da vida nacional.

Seguem os primeiros

No dia 7, zarpou do Rio de Janeiro o 'Cabo de S. Vicente', levando mais de 100 jovens vindos de S. Paulo, Pernambuco, Goiás e Alagoas, com destino a Viena. No mesmo dia, por avião, seguiu um grupo de deputados paulistas.

Os demais delegados seguirão por via aérea nos dias 14 e 21 do corrente.

A representação artística

O numeroso grupo que seguiu por mar contou com a presença do Trio Maralá, vencedor do Prêmio Roquete Pinto em S. Paulo, da pianista Clarice Leite e da cantora Neily Angellini. Esses intérpretes da nossa música popular e erudita formarão, ao lado de Jorge Fernandes, Luiz Gonzaga e seu conjunto, Jorge Goular, Nora Ney, Túlio de Lemos, Trio Abatê, Alice Ribeiro e Maestro José Siqueira, o principal núcleo artístico que representará nosso país nos diversos espetáculos que serão apresentados em Viena.

200 jovens de todo o país irão ao Festival de Viena — D. Jaime terá razão? — A história do dinheiro que não vem de Moscou — Luiz Gonzaga e o maestro Siqueira no júri internacional

Reportagem de ZULEIKA ALAMBERT

D Jaime e a nossa delegação

O Festival da Juventude, a realizar-se em Viena, é de origem e finalidade comunista', disse D. Jaime ao microfone da Rádio Vera Cruz. 'Portanto, quem dele participar arrisca-se a tornar-se pelo menos simplizante de uma ideologia atea, antide-mocrática e falsa', concluiu o cardinal.

Julgamos pitoresco recordar o fato, ao tomar conhecimento do nome de algumas das conhecidas figuras da nossa vida política, cultural, artística e religiosa que integram a delegação, como é o caso do Padre Daniel de Lima, professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, especialmente convidado pelo Comitê Internacional do Festival para abrir os debates do Seminário dos Estudantes de Filosofia, em Viena. Poderemos lembrar também o Dr. Ciro Rocha, auditor da Justiça Militar e Presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos no nordeste, o desembargador Adauto Maia, o deputado federal Almino Álvares Afonso, presidente da delegação, Raimundo Eirado da Silva, presidente da UNE, Maestro Siqueira, presidente da União dos Músicos do Brasil, a esposa do senador Bar-

ros Carvalho, o professor Abelardo Rodrigues e mais de 20 deputados estaduais de todos os partidos políticos, bastante conhecidos por suas convicções políticas, filosóficas e religiosas.

O Norte brilhou

Quem passar nesses dias pela Av. Rio Branco 185, s. 623, verá em cima das mesas, cadeiras e sofás, malas de todos os tamanhos, embrulhos, instrumentos musicais. Pertencem aos delegados que vão chegando dos mais distantes pontos do país. Se bem que a maior parte da delegação seja constituída de paulistas — mais de 100 pessoas — desta feita o Norte brilhou. Comparecerá ao Festival com representantes do Amazonas, Pará, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte. Deste último Estado irá uma representação oficial da Assembleia Legislativa, composta dos seguintes deputados: Moacir Torres Duarte (UDN), Angelo José Varela (PDC), Luiz Inácio Maranhão Filho (PTN), Aluizio Gonalves Bezerra (PSD), Ramiro P. da Silva (PTB) e Jerônimo Vingt Rosado (PR).

De onde saiu o dinheiro

Ainda em sua palestra na Rádio Vera Cruz, D. Jaime

insinuou que as passagens dos nossos delegados serão pagas pela União Soviética. Quem custeará a viagem de tão numerosa delegação, sabendo-se que as despesas com passagens, alimentação, etc., elevam-se a mais de Cr\$ 70.000,00 por pessoa? A resposta nos é dada por Marcos Jaimovich, tesoureiro da Comissão Brasileira: 'Além de utilizar em larga escala o sistema de crédito, os delegados cobrirão suas despesas com economias próprias, ou com fundos arrecadados através de interessantes iniciativas'. Prosseguindo, citou-nos alguns exemplos: 'A senhorita Glória Loera e o jovem Natalino Rodrigues irão a Viena com o dinheiro arrecadado entre os metalúrgicos do D. Federal através da venda de votos para eleger a Rainha da Juventude Metalúrgica. Iniciativa semelhante permitirá a ida ao Festival da Jovem Rainha dos Bairros de S. Paulo, eleita em recente concurso promovido pela Federação das Associações dos Amigos dos Bairros, naquele Estado'. O tesoureiro da Comissão acrescentou: 'Isto sem contar casos como o da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte que aprovou uma verba de Cr\$ 500.000,00 para custear as despesas da sua delegação'.

Cerâmica do do Vitalino,

Arcos e Flechas

Nas prateleiras da sede da Comissão Brasileira do VII Festival, como num bazar, misturam-se baianas de pano, balangandans de Salvador, arecos e flexas dos índios de Goiás, postais de todas as capitais brasileiras, etc. Em breve teremos, além de 80 figuras criadas pela arte popular de Vitalino, trajes típicos do sertão nordestino, dos pampas, e outros objetos característicos da nossa terra. Destinam-se à grande exposição internacional a realizar-se em Viena durante o Festival.

Física e artes plásticas

O Sr. Marcos Antônio Coelho, secretário da Comissão Brasileira, falou a respeito da nossa participação no Festival: 'Concorreremos aos prêmios do festival de cinema com as seguintes películas: 'Rebelião em Vila Rica, Um dia na Rampa, e Canto do Mar. Todos eles foram feitos por jovens cineastas ou falantes da vida da nossa juventude. Também estaremos representados no setor das artes plásticas. Levaremos uma série de desenhos infantis da Escola de Arte de Augusto Rodrigues e mais de 200 gravuras de artistas baianos e que serão levadas pelo jornalista Paulo Gil de Andrade Soares'.

Siqueira e Luiz Gonzaga

O Comitê Internacional do Festival distinguiu o Maestro Siqueira e o compositor Luiz Gonzaga, convidando-os para integrar o júri internacional para composições musicais e música folclórica, respectivamente.

Após o Festival

A delegação brasileira não retornará imediatamente após o encerramento do Festival. Viajará por diversos países da Europa e da Ásia, em grupos turísticos, ou atendendo a inúmeros convites feitos por organizações juvenis desses países.

Os conjuntos artísticos, como o Trio Maralá, Trio Abatê, conjunto de Luiz Gonzaga, cumprirão diversos contratos já firmados com a Alemanha, Hungria, Polónia Tchecoslováquia, etc. Para ir a China Popular estão convidados todos os deputados federais participantes da delegação.

Sá Freire Alvim Aumenta Tarifas e Zomba Do Povo

Seis argumentos (passagens de ônibus) que o Prefeito não pode refutar

Desde terça-feira está a população do Distrito Federal pagando um aumento que ninguém — a começar pelo prefeito — pode afirmar que não seja absurdo; o dos ônibus e lotações. Decretado em flagrante desrespeito à lei, o aumento revela até que ponto vai a falta de seriedade e, portanto, a desmoralização das autoridades municipais, num gesto que é uma verdadeira afronta ao povo carioca. Vejamos porque:

1 — De acordo com a lei 775, de 1953, a revisão das tarifas de ônibus e lotações não se pode efetuar mais de dois em dois anos. O presente aumento (pois que a revisão é sempre para mais, nunca para reduzir as tarifas) é decretado menos de um ano depois do último.

2 — Pelo artigo 13 da mesma lei, a revisão deve ser precedida do exame contábil da escrita das empresas pela repartição competente da Prefeitura. Entretanto, tal exame não foi feito. Em consequência, ninguém pode saber se as tarifas atuais oferecem às empresas remuneração correspondente à máxima permitida em lei, isto é, de 12 por cento excedo, e claro, os próprios donos de empresas.

3 — Não tendo sido feito o exame mencionado, não é de admirar que algumas empresas, cujos lucros já eram satisfatórios, venham a público e declarem que não necessitam de tal aumento.

4 — O resultado é a maior desmoralização das autoridades municipais: quatro horas

depois de publicada a nova tabela de tarifas, emitem nota oficial declarando que as empresas que o desejarem poderão cobrar preços menores. Então, o aumento não foi decretado para atender as necessidades mínimas das empresas? Em que ficamos?

Emissões da Rádio de Moscou para o Brasil

A Rádio de Moscou transmite diariamente, em língua portuguesa, das 19,30 às 21 horas, hora do Rio de Janeiro, pelos comprimentos de onda de 19 e 25 metros.

Serge Dorenski Novamente no Brasil



Com recitais marcados para os dias 13 e 21, no Teatro Municipal, estará entre nós este mês a convite da Franco-Brasileira de Intercâmbio Artístico o jovem e destacado pianista soviético Serge Dorenski.

Inúmeros são os lauréis já conquistados pelo artista apesar da sua pouca idade. Formado pelo Conservatório de Moscou, recebeu a Medalha de Ouro ao terminar o curso. Em 1955, participando do Concurso Internacional de Piano no V Festival Mundial em Moscou, Dorenski obteve o Primeiro Prêmio e a Medalha de Ouro. Em 1957, participou do Concurso Internacional de Piano no Rio de Janeiro, onde também alcançou uma posição de destaque. Em 1958, com apenas 27 anos de idade, Dorenski foi nomeado Catedrático do Conservatório de Moscou. Além dos concertos já referidos, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, para os quais já há ingressos à venda, Serge Dorenski deverá tocar em São Paulo, além de outras cidades brasileiras.

QUE RUMO TOMARÁ O AUTOMÓVEL...

(Conclusão da 4ª página)

cionais, mas que pagam royalties e assistência técnica ao estrangeiro e, finalmente, as produzidas por empresas estrangeiras no Brasil. Nos dois últimos casos, há, evidentemente, a remuneração do capital estrangeiro e a remessa de lucros, juros, dividendos, royalties, etc. para o exterior.

Cálculos elaborados pelo GEIA estimam em 80 milhões de dólares por ano, no máximo, as remessas correspondentes a lucros,

royalties e assistência técnica. A esses devem ser acrescentados cerca de 50 milhões anuais com a importação de peças e partes que só, posteriormente, serão produzidas no país. Segundo tais cálculos, o dispêndio de divisas será menor que o efetivado com a importação de veículos estrangeiros: no quinquênio de 1952-1956 foram gastos anualmente 140 milhões de dólares com a compra de veículos.

O problema do crédito

São considerados altos os preços dos veículos fabricados no Brasil. Entretanto, estimam os técnicos oficiais que isto se deve às elevadas despesas de instalação da indústria, à produtividade que ainda é baixa e a outros fatores. Acrescentam, porém, que a tendência é para a redução dos custos e do preço.

Em relação com isto, surge um outro problema: como vender a produção, calculada anualmente em 170

mil veículos? A forma preconizada é a venda a prazo, característica de todos os países capitalistas, nos últimos tempos. E o capital necessário para possibilitar o financiamento destas vendas é estimado em 45 bilhões de cruzeiros, aí incluídos os veículos — a prazos médios, de 18 a 24 meses — e as autopeças e matérias-primas — a prazos curtos.

Enquanto não se formar um mercado de crédito adequado no país, é dos cofres públicos que devem sair estes recursos. Mesmo pondo de parte o que isto representará para o agravamento do fenômeno inflacionário, o que ocorrerá, inevitavelmente, em maior ou menor medida, uma outra questão se apresenta: como financiar estas vendas? Aqui, o único tratamento que se nos afigura justo é a discriminação contra aquelas empresas onde é maior ou exclusiva a participação do capital estrangeiro. Assim, é absolutamente inaceitável para qualquer nacionalista que sejam tratados sob critérios idênticos empresa como a Fábrica Nacional de Motores, de uma parte, e empresas como a Ford e a General Motors, de outra. Não há nenhuma vantagem real para o país em fortalecer as posições de empresas estrangeiras.

Passo à frente

Num balanço do que ficou exposto nesta e na reportagem precedente, parecemos que a indústria automobilística poderá constituir-se num passo à frente, no sentido da emancipação econômica do país, desde que a política do governo, efetivamente, se volte no sentido do pleno apoio à Fábrica Nacional de Motores, do aumento e estímulo à indústria nacional de autopeças e da fabricação integral dos veículos no Brasil. Inúmeras vozes são as perspectivas que abre ao desenvolvimento de um país uma potente indústria automobilística. Mas se prevalecerem critérios entreguistas e amanhã a General Motors e a Ford vierem a apoderar-se do mercado, então, ao contrário, teremos dado um passo atrás. Infelizmente, é diante deste dilema que as coisas estão colocadas. O sentido em que esse processo se desenvolverá dependerá da atuação das forças nacionalistas.

QUEM VENCERÁ EM FILADÉLFIA?

Concurso da Rádio de Moscou

A 18 e 19 de julho, realizar-se-á em Filadélfia (EUA) o «match»-revanche entre os selecionados de atletismo da URSS e dos EUA. Como se sabe, no ano passado, os esportistas soviéticos conquistaram a vitória pela contagem de 172 a 170.

A Rádio de Moscou abre neste momento um concurso para os seus ouvintes brasileiros. O vencedor receberá uma taça e serão distribuídos vários outros prêmios como lembrança. Para habilitar-se aos prêmios é preciso responder às três seguintes perguntas:

Primeira: Quem vencerá na contagem geral de pontos por equipe?

Segunda: Será melhorado o recorde mundial do triplice salto? (Na competição realizada em Moscou no ano passado, o saltador soviético Oleg Riakhovski superou em três centímetros a marca mundial que pertencia a Ademar Ferreira da Silva).

Terceira: Quem vencerá o decatlon, o representante da URSS ou o dos EUA?

As respostas para o concurso poderão ser enviadas até o dia 17 de julho, o que será verificado pela data do carimbo do correio.

Mandem as suas respostas para o seguinte endereço:

Rádio Central, Moscou, URSS, para o concurso: «Quem vencerá em Filadélfia?»

CARTA DO SERTÃO

ZE PRAXEDI — O Poeta Vaqueiro

Carulina de Jizus: Arriçibi tua carta E tô nessa arrispendendo Para num cai im farta.

Eu num pensei qui São Palo Tombém tivesse «favela». Terra de tanto dinheiro... Mas num é pru brasileiro Essa cidade tão bela!

«Favela» do Canindé: Eu intê gostei do nome. Óiando prus ranha-céu Vive o povo qui num come. Carulina e seus três fio Istão morrendo de fome!

A bassôra do doutô João Só barre no cargamento Levando todo dinheiro Prus grande divertimento! Sua bassôra de dois bico Dexô o rico mais rico E o pobe sem alimento!

Minha boa Carulina Pode vivê tendo fé. Prs vamo té um Brasi Pá Vera, João e Jusé.

Dispôs qui o Pinto cisô O lugá qui foi barrido Esse home da bassôra Tá ficando cunhido.

«Favela» do Canindé! O rio do Tietê! Tu é preta Carulina... São Palo é de raça fina Num foi feito pra você.

Vem cá pru Rii de Janêro Prs «favela» federá. Nessas cidade de tauba O pobe pode morá. O preto pode sem susto Petas ruas passá.

A carta qui tu mandô Num pode sê publicada. Percisa tê tantas linha E rima cadenciada. Para o povo brasileiro Pelo poeta vaqueiro Sua história foi contada.

Paciência, minha néga. O dia santo vem perto: Será o dia filiz Qui o Brasi fô descuberto!

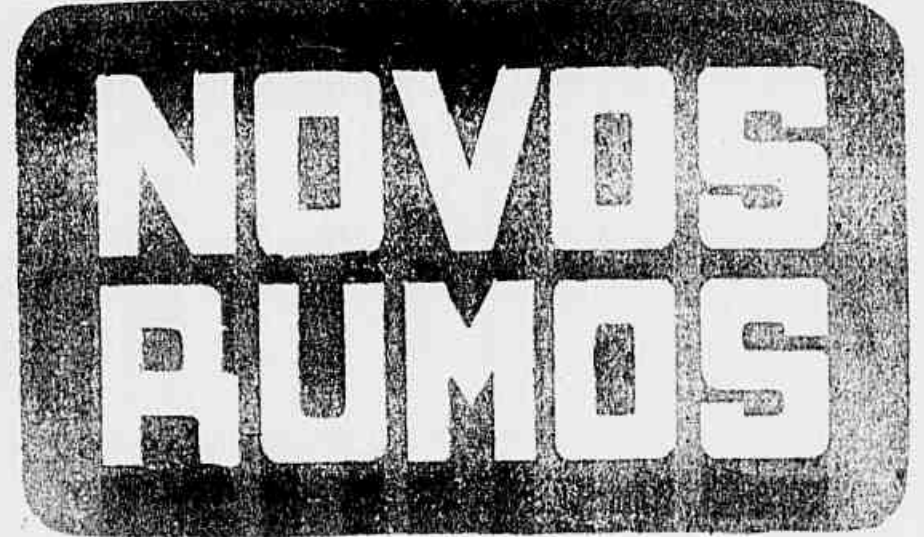
No Rio Estrêlas Do "Ballet" Soviético



200 Delegados Irão a Viena

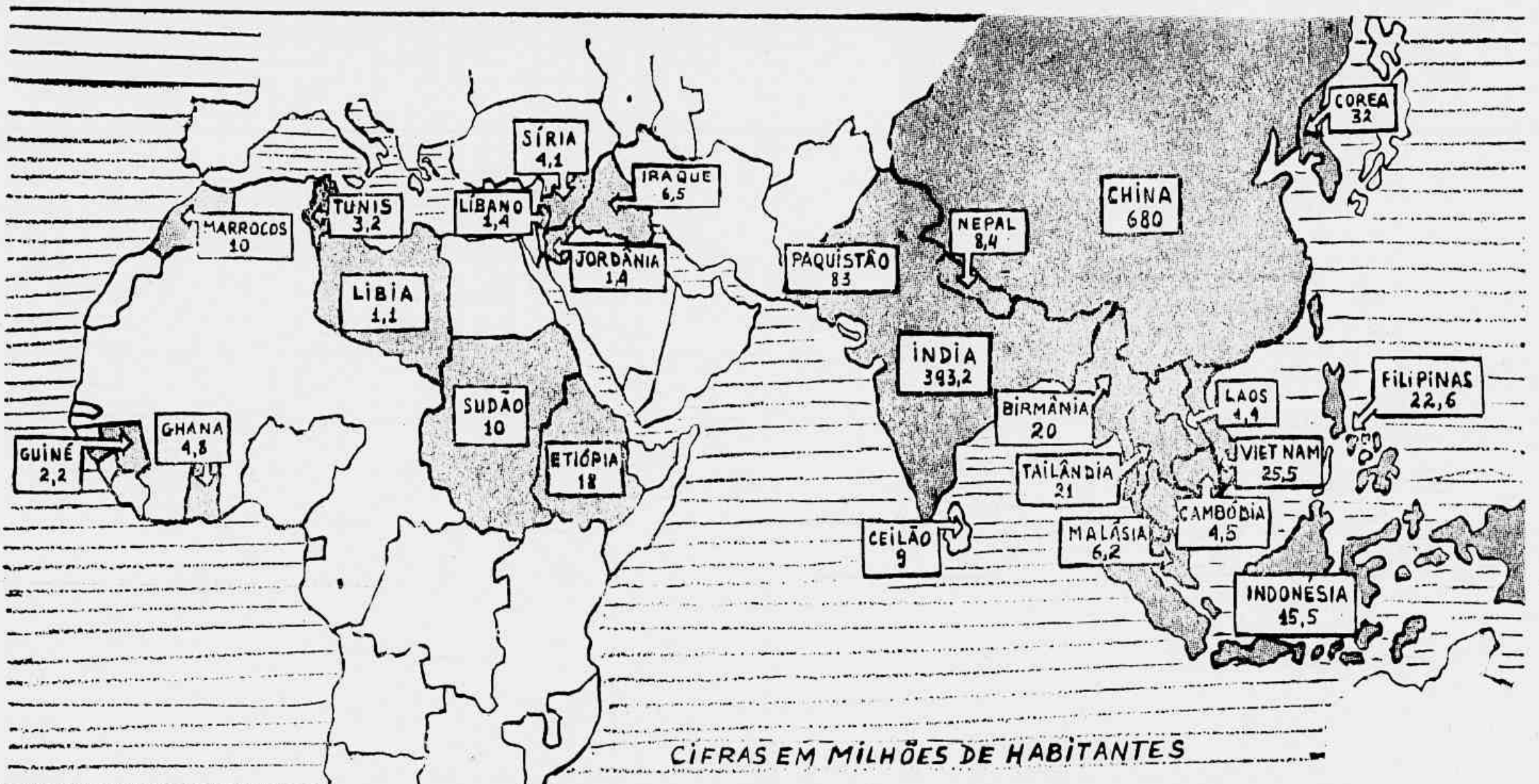
Parte da delegação brasileira ao Festival da Juventude já sequeu para a Europa. Mais de 100 delegados — de São Paulo, Pernambuco, Goiás e Alagoas — partiram dia 7 pelo navio «Cabo de S. Vicente». No mesmo dia, de avião, sequeu outro grupo integrado por diversos

deputados paulistas. Os restantes delegados partirão nos próximos dias 14 e 21. O Brasil estará, assim, bem representado na grande festa de amizade e paz. Na foto, delegados a bordo do «Cabo de S. Vicente», confraternizando com outros passageiros. — (Rep. na 11ª página).



Bailarinos de diversos teatros da União Soviética estrearam no dia 8 no Municipal do Rio, com absoluto sucesso. Neste conjunto que agora nos visita se encontram algumas das melhores bailarinas da URSS: Dudinskaia e Tikhonirovna. Esta última já é nossa conhecida, pois fez parte da primeira companhia de «ballet» soviético que esteve no Brasil em 1957. As entradas para as quatro réeitas do Municipal foram vendidas com grande antecedência. Na foto uma das bailarinas soviéticas em seu apartamento no Hotel Glória.

1945-59: Um Bilhão e Meio De Pessoas Libertam-se Do Colonialismo



Fome, miséria, analfabetismo, opressão cultural, pilhagem econômica — são algumas das conseqüências do colonialismo que submeteu povos da Ásia, África, América através de generais submissivos. Os países oprimidos conheceram durante séculos a repressão e o terror sangrento e entijeceram sua fibra de luta. Os colonizadores e imperialistas fizeram correr rios de sangue para manter seu domínio. Mas inutilmente. O fim da segunda guerra mundial deu início a uma reviravolta na

situação das antigas colônias e dos países semicolônias. No breve prazo de 15 anos, mais de um bilhão e 450 milhões de seres humanos romperam os grilhões da opressão estrangeira, formaram Estados independentes e marcham para constituir sua própria vida nacional. A presença dos navios de guerra, os desembarques de fuzileiros navais e até mesmo os ataques (como em Suez e no Líbano) já não conseguem salvar as posições dos colonizadores. Eles são obrigados a bater em retirada, como

aconteceu com os franceses na Indochina, os holandeses na Indonésia, os ingleses e franceses em Suez, os americanos no Líbano. Este movimento irresistível dá uma nova característica à história de nossa época, conseqüência lógica da vitória do socialismo numa série de países do globo. O século do socialismo — o século do átomo e dos vãos interplanetários — é também o século em que o imperialismo e o colonialismo encontram seu túmulo.